



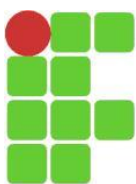
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO PÚBLICA
ÁREA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

Modalidade: Presencial

Aprovado pela Resolução n.º 17/2006/CONSELHO DIRETOR/ETF-PALMAS, de 14 de março de 2006, alterado pela Resolução n.º 5/2014/CONSUP/IFTO, de 14 de março de 2014, e pela Resolução n.º 17/2016/CONSUP/IFTO, de 29 de março de 2016.

PALMAS - TO
2016



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Francisco Nairton do Nascimento

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Ovídio Ricardo Dantas Júnior

Pró-reitor de Ensino

Jorge Luiz Passos Abduch Dias

Diretor de Ensino Superior

Octaviano Sidnei Furtado

Diretor-geral do *Campus* Palmas

Noemi Barreto Sales Zukowski

Diretora de Ensino do *Campus* Palmas

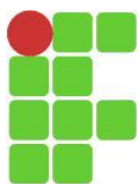
Daniel Marra da Silva

Gerente Educacional das Áreas Tecnológicas II do *Campus* Palmas

Robleik Barbosa

Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Revisão Linguística: Marco Aurélio Pereira Mello

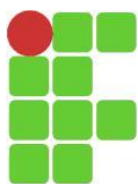




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

SUMÁRIO

1. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	4
1.1 Mantenedora	4
1.2 Identificação da Instituição de Ensino	4
1.3 Corpo Dirigente da Instituição de Ensino.....	4
1.4 Histórico da Instituição de Ensino.....	5
1.5 Atividades Principais da Instituição de Ensino.....	8
1.6 Áreas de Atuação da Instituição de Ensino	10
1.7 Mecanismo de articulação com segmentos produtivos a que está vinculado o curso para definição da oferta de cursos e vagas	11
2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	14
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO	14
2.2 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	15
3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	40
3.1 Plano de Carreira Docente	40
3.2 Perfil do Corpo Docente	43
3.3 Corpo Docente por disciplina	44
3.4 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo	45
3.5 Política de Capacitação dos Corpo Técnico-Administrativo	46
3.6 Corpo Discente	47
4. INSTALAÇÕES FÍSICAS	47
4.1 Instalações físicas e recursos materiais da instituição de ensino	47
4.2 Instalações especiais e laboratórios específicos	53
4.3 Certificados e diplomas	58
Referências bibliográficas	59





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Mantenedora

Nome:	União
-------	-------

1.2 Identificação da Instituição de Ensino

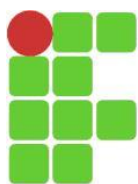
Nome:	Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO -							
CNPJ:	10.742.006/0003-50							
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4000			Fax:	63.3236-4009			
E-mail:	palmas@ifto.edu.br							

1.3 Corpo Dirigente da Instituição de Ensino

Dirigente Principal								
Cargo:	Diretor-geral							
Nome:	Octaviano Furtado							
End.:	310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4005			Fax:	-----			
e-mail:	palmas@ifto.edu.br							

Diretoria de Ensino								
Cargo:	Diretora de Ensino							
Nome:	Noemi Barreto Sales Zukowski							
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021.090
Fone:	63.3236-4003			Fax:	-----			
e-mail:	direcaoensino@ifto.edu.br							

Dirigente ao qual está subordinado o Coordenador do Curso								
Cargo:	Gerente Educacional de Ensino Superior							
Nome:	Daniel Marra da Silva							
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro							
Cidade:	Palmas				UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4093			Fax:	-----			
e-mail:	Geat2@ifto.edu.br							





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

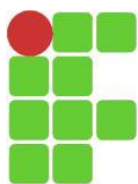
1.4 Histórico da Instituição de Ensino

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Até então, o Estado do Tocantins dispunha de três unidades da Rede Federal de Educação Profissional: a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA); a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas); e a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Paraíso do Tocantins. O IFTO conta agora com seis *campi*: *Campus Araguaína*; *Campus Araguatins*, onde estava sediada a EAFA; *Campus Gurupi*; *Campus Palmas*, onde estava sediada a ETF- Palmas; *Campus Paraíso* do Tocantins, onde estava sediada a UNED de Paraíso; e *Campus Porto Nacional*. Foi criada a Reitoria do IFTO, com a missão de administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do IFTO.

O *Campus Araguaína* foi implantado em edifício construído com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), numa área total do terreno de 9.000,00 m², a partir da doação do governo do Estado do Tocantins, pela Lei n.º 2.042 de 18/5/2009 e Decreto Regulamentador de Doação n.º 3.696 de 21/5/2009. Atualmente, oferece três cursos técnicos subsequentes: Informática para Internet, Enfermagem e Gerência em Saúde; e o curso de pós-graduação *lato sensu* no Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. A partir do segundo semestre de 2010, foi implantado também o curso técnico subsequente em Análises Clínicas e o curso médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Cuidador de Idosos.

A antiga EAFA foi criada pelo Decreto n.º 91.673 de 20 de setembro de 1985, sendo designada a funcionar com os cursos de 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988. A instalação da EAFA foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), por intermédio do Grupo Executivo das Terras do Araguaia/TO - GETAT. O grupo foi autorizado a adotar providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda para aceitação, pela doação de uma área de 561,84 hectares de terras férteis,



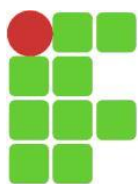


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

banhada pelo rio Taquari em 8 km de extensão, no município de Araguaína, de que trata a Lei Municipal n.º 321, de 8 de outubro de 1984, para instalação da Escola Agrotécnica Federal. Em 16 de novembro de 1993 (Lei n.º 8.731) a escola tornou-se uma autarquia federal. O *Campus* Araguaína oferece atualmente os cursos médios integrados ao Técnico em Informática e em Agropecuária; o curso técnico subsequente em Agropecuária; os cursos médios na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Informática e em Agropecuária e três cursos superiores: bacharelado em Agronomia, licenciatura em Ciências Biológicas e licenciatura em Computação.

O *Campus* Gurupi é fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário UNIRG, além da doação de área anexa, totalizando um terreno de 20.000 m². A área foi doada pela Prefeitura Municipal de Gurupi, autorizada pela Lei Municipal n.º 1.757/2008. A partir do segundo semestre de 2010, passou a oferecer os cursos técnicos subsequentes em Arte Dramática, Edificações e Agronegócio e o curso superior de licenciatura em Artes Cênicas.

A antiga ETF-Palmas foi criada em 30 de junho de 1993, por meio da Lei n.º 867/93, e, em 21 de dezembro de 1998, tornou-se autarquia federal pelo Decreto n.º 2.980/MEC. Inaugurada em 2003, teve seu primeiro processo seletivo para os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Informática. Ainda no mesmo ano, o Governo do Estado do Tocantins, pela Lei n.º 1.405, de 22/10/2003, doou uma área de 44.914,093 m², situada em frente à área da escola, o que elevou para 128.508,38 m² a área total da ETF-Palmas. No ano de 2004, a ETF-Palmas realizou mais um Processo Seletivo, desta vez oferecendo, além dos três cursos já existentes, seis novos cursos técnicos: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado e Saneamento Ambiental. Em janeiro de 2005, iniciou a oferta de cursos de ensino profissional integrado ao ensino médio, com quatro turmas de 40 acadêmicos cada, nos cursos de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Em dezembro de 2005, a Instituição teve seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia aprovados com conceito A pelo Ministério da Educação: CST em Construção de Edifícios, CST em Gestão Pública, CST em Sistemas Elétricos e CST em Sistemas para Internet. Implementou, também neste semestre, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Atualmente o *Campus* Palmas oferece os Cursos Técnicos Subsequentes em Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecatrônica, Controle Ambiental, Informática, Segurança do Trabalho, Secretariado e Hospedagem; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

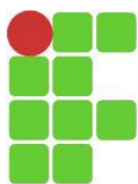
Agrimensura, Agronegócio, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecatrônica, Informática, Administração e Eventos; os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio, Construção de Edifícios, Sistemas Elétricos, Sistemas para Internet e Gestão Pública; os Cursos Superiores de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática; os Cursos Médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Leitura de Projetos de Construção Civil, Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores; e o Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Proeja.

O *Campus* Paraíso do Tocantins recebeu doação de edificação já concluída, também do PROEP. Está implantado e em funcionamento desde 2007. Atualmente, o *Campus* Paraíso do Tocantins possui área total de 19,73 ha. Oferece os Cursos Subsequentes em Meio Ambiente, Administração, Informática e Agroindústria; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Informática, Meio Ambiente e Agroindústria; o Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação; o Curso Superior de Licenciatura em Matemática; os Cursos Médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Operação de Computadores e Agricultura Familiar; e o Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Proeja.

O *Campus* Porto Nacional, inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, conta com uma área de 88.070 m² localizada em área urbana do município de Porto Nacional, onde conta atualmente com quatro blocos, com ambientes administrativos, salas de aula, laboratórios e biblioteca. Inicialmente, os Cursos Técnicos ofertados pelo referido *Campus* são Informática e Logística na modalidade Técnico Subsequente. Os Cursos ofertados de nível Superior são: Licenciatura em Computação e Tecnólogo em Logística, que tiveram início em agosto de 2010, para atender às demandas crescentes por formação profissional, suporte aos arranjos produtivos locais, bem como a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, através do ensino gratuito e de qualidade.

O IFTO oferece ainda Cursos Técnicos Subsequentes na modalidade de ensino a distância, em seis cidades do estado do Tocantins. No polo de Araguacema, são oferecidos Cursos de Agroecologia e Secretariado; nos polos de Araguatins, Palmas e Tocantinópolis, são ofertados os Cursos de Agroecologia, Informática, Marketing e Secretariado; e nos polos de Cristalândia e Guaraí, são oferecidos Agroecologia e Informática.

O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, oferecendo educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Segundo a lei que o criou, o IFTO oferecerá metade das suas vagas para o ensino médio integrado ao profissional e para o público da educação de jovens e





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

adultos, a fim de oferecer ao cidadão uma possibilidade de formação nessa etapa de ensino. Ainda serão incentivados os cursos superiores de tecnologia, as licenciaturas, os programas especiais de formação pedagógica para professores, os bacharelados, as engenharias e os cursos de pós-graduação *lato sensu e strito sensu*. Entre os desafios do IFTO estão também o fortalecimento do ensino a distância, dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, o desenvolvimento de atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e a pesquisa aplicada, que estimulam o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas.

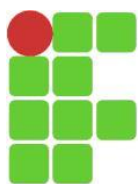
1.5 Atividades Principais da Instituição de Ensino

É justamente nos setores de indústria e serviços que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas melhor contribui, em especial nas seguintes áreas:

- ☐ formação de profissionais;
- ☐ expansão e consolidação da pesquisa aplicada à produção de novos processos, serviços e equipamentos;
- ☐ diversificação dos programas de extensão que agreguem conhecimento e possibilitem o avanço socioeconômico da comunidade;
- ☐ parcerias com iniciativas públicas e privadas para o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

Com base no art. 3º da Lei n.º 9.394, de 20.12.96, tem-se os seguintes princípios almejados pela instituição de ensino:

- ☐ igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição;
- ☐ respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- ☐ gestão democrática, compartilhada, transparente e comprometida com as necessidades e aspirações da comunidade;
- ☐ oferta do ensino de qualidade e gratuito;
- ☐ vinculação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como fundamentos para o desenvolvimento socioeconômico;
- ☐ valorização do profissional da educação;



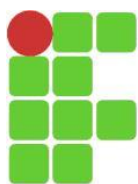


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- ☐ preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- ☐ exercício da ética e da cidadania;
- ☐ articulação entre a educação e processos produtivos;
- ☐ valorização da experiência extracurricular;
- ☐ igualdade e oportunidade.

Orientando-se pelo Decreto n.º 2.406 de 27.11.97, que regulamenta a Lei n.º 8.948 de 8.12.94, o do *Campus* Palmas tem como principais atividades:

- ☐ ofertar a educação profissional, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- ☐ atuar nas áreas técnicas e tecnológicas, nos diversos setores da economia;
- ☐ conjugar, no ensino, a teoria com a prática;
- ☐ integrar a educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- ☐ utilizar, de modo compartilhado, os laboratórios e os recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- ☐ ofertar o ensino superior tecnológico diferenciado das demais formas de ensino superior;
- ☐ ofertar a formação especializada, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- ☐ realizar pesquisas aplicadas à produção de novos processos e prestação de serviços;
- ☐ desenvolver atividade docente estruturada, integrando os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- ☐ desenvolver o processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da comunidade;
- ☐ implantar uma estrutura organizacional flexível, racional e adequada às necessidades contextuais;
- ☐ integrar as ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências de desenvolvimento socioeconômico do Tocantins.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

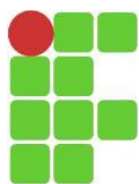
1.6 Áreas de Atuação da Instituição de Ensino

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas, atento às constantes transformações socioeconômicas do Estado, atua em diversos níveis e modalidades das áreas de ensino, ressaltando que o *Campus* Palmas, do IFTO, tem caráter flexível, dinâmico e reformulador, atendendo os seguintes aspectos:

- ☐ acompanhamento da evolução da ciência e tecnologia;
- ☐ articulação com os programas de desenvolvimento socioeconômico do País e do Estado do Tocantins;
- ☐ atendimento às necessidades da comunidade por ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à oferta de ensino, pesquisa e extensão há a atendimento dos dispositivos do Decreto n.º 2.406, de 27.11.97, o qual regulamenta a Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, nos seguintes níveis, modalidades e áreas de educação profissional:

Nível	Área
Cursos de inclusão educacional	Inclusão digital e PROEJA
Cursos de línguas	Capacitação em inglês para as comunidades interna e externa
Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores	Indústria e Serviços
Cursos técnicos subsequentes 12 cursos de formação profissional	Indústria, Informática, Gestão, Turismo e Hospitalidade, Construção Civil, Meio Ambiente, Geomática e em Segurança do Trabalho
Curso Técnico Profissional Integrado ao Ensino Médio (7 cursos)	Indústria, Informática, Construção Civil, Turismo e Hospitalidade, Gestão e Geomática





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Nível	Área
Cursos Superiores de Tecnologia 9 cursos superiores	Construção Civil, Indústria, Informática e Gestão e Licenciaturas

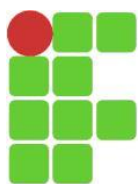
No que se refere à pesquisa, o *Campus* Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins propicia o fortalecimento do processo ensino e aprendizagem com a diversificação da pesquisa aplicada à produção de novos processos. Destaca-se, inclusive, o estabelecimento de parcerias com universidades, organismos públicos e privados para a produção de serviços, equipamentos e processos que venham a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Tocantins. Nesse sentido, a instituição já vem desenvolvendo programas, projetos e atividades de pesquisa aplicada e acadêmica nas áreas de Construção Civil, Gestão, Indústria, Informática, Ensino, Geomática, Meio Ambiente e Turismo e Hospitalidade.

1.7 Mecanismo de articulação com segmentos produtivos a que está vinculado o curso para definição da oferta de cursos e vagas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Palmas, através da Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) em conjunto com a Gerência Educacional de Relações Empresariais e Comunitárias, desenvolve de forma contínua programas e projetos que propiciam a interação entre as comunidades interna e externa da Instituição.

Para a melhor implementação de suas ações, a DIREC atua por meio de seus setores específicos que são:

- Coordenação de Interação Serviço Empresa-Escola;
- Coordenação de Cursos Comunitários;
- Coordenação de Promoção Cultural e Eventos;
- Coordenação de Extensão e Pesquisa Tecnológica; e
- REDENET.





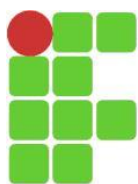
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

A Coordenação do Serviço de Interação Escola Empresa - CISEE - é o setor responsável pelo desenvolvimento da política de interação escola/empresa atuando diretamente na comunidade empresarial no sentido de criar campos de estágios, oferecer informações sobre as competências profissionais de nossos cursos, oferecer mecanismos e captar dados referente a avaliação dos alunos em estágio, promover a verificação da qualidade do ensino institucional, criar meios de verificação sobre as necessidades de atualização curricular e ofertas de cursos permanentes, temporários e básicos, promover pesquisas sobre as tendências e necessidades ocupacionais dentro das áreas técnica e tecnológica no mercado local. Os principais Projetos e Programas desenvolvidos pela CISEE são:

- ☐ Avaliação de Estágio;
- ☐ Seminário de Avaliação Final de Estágio;
- ☐ Encontros de Egressos;
- ☐ Banco de Ofertas de Empregos e Estágios;
- ☐ Banco de Oferta de Profissionais;
- ☐ Serviço de Divulgação de Ofertas de Emprego / Estágios;
- ☐ Visitas às empresas Conveniadas e
- ☐ Suporte junto às Empresas para Seleção de Estagiários e Funcionários.

A Coordenação de Cursos Comunitários é destinada ao desenvolvimento de ações permanente de qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens e adultos trabalhadores, independente de escolaridade prévia, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho conforme preceitua a LDB n.º 9394/96 em seu art. 42, regulamentado pelo Decreto 5.154/2004. Esta coordenação desenvolve projetos para cursos abertos a toda comunidade de forma permanente, como são os cursos oferecidos pelo Centro de Línguas, como também cursos de curta duração abertos à comunidade ou fechados para empresas.

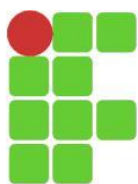
Já a Coordenação de Extensão e Pesquisa Tecnológica é responsável pela coordenação do desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas pelo *Campus* Palmas, do IFTO. À Coordenação de Promoção Cultural e Eventos cabe a organização, divulgação, realização de eventos internos e externos do Instituto.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

A Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica - REDENET - é o órgão constituído em consórcio, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica para promover a articulação entre os institutos federais das Regiões Norte e Nordeste, visando a potencialização das vocações individuais e coletivas, de modo a ampliar a geração, difusão e compartilhamento do conhecimento científico e tecnológico para a redução das desigualdades sociais das Regiões Norte e Nordeste, bem como o desenvolvimento de suporte tecnológico para o setor produtivo, visando, sobretudo, à melhoria da qualidade de vida da população.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

2 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

2.1.1 Denominação

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
--

2.1.2 Coordenador da Área Profissional

Nome:	Luiz Antônio Lopes Toledo						
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro						
Cidade:	Palmas			UF:	TO	CEP:	77.021-090
Fone:	63.3236-4062		Fax:				
e-mail:	cgestao@ifto.edu.br						

2.1.3 Coordenador do Curso

Nome:	Robleik Barbosa					
End.:	AE 310 Sul (AESE 34), Av. LO 5, s/n - Centro					
Cidade:	Palmas	UF:	TO	CEP:	77.021-090	
Fone:	63.3236-4062	Fax:				
e-mail:	cstgespublica.palmas@ifto.edu.br					

2.1.4 Regime de Matrícula

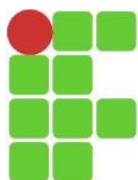
Matrícula por	Periodicidade Letiva
Crédito	Semestral

2.1.5 Total de Vagas Anuais

Turnos de funcionamento	Vagas por turma	Número de turmas	Total de vagas anuais
Noturno	40	2	80

2.1.6 Carga Horária

Carga horária total do curso	Prazo de integralização da carga horária	
	limite mínimo (semestres)	limite máximo (semestres)
	6 semestres	12 semestres





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

2.2 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

2.2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

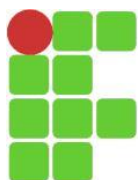
2.2.1.1 Justificativa da Oferta do Curso

Na atualidade o setor público se defronta com novos desafios e o paradigma gerencial contemporâneo exige novas formas de gestão, descentralização de funções, reestruturação e criatividade de seus recursos humanos. Consequentemente, a gestão pública em nível federal, estadual e municipal deve estar preparada para enfrentar tais mudanças, tendo em vista a maior qualidade e produtividade de suas ações, mediante a adoção de modelos gerenciais capazes de gerar resultados. Nesse contexto, são imprescindíveis que os gestores de organizações governamentais atuem a partir dos seguintes pressupostos:

- compreensão do contexto sócio-político em que atua;
- previsão, entendimento e gerenciamento das mudanças, exercitando a flexibilidade e maleabilidade para enfrentar a incerteza;
- capacidade para a autogestão. Conhecer a si próprio, administrar seu tempo, delegar, tomar decisões, definir prioridades, desenvolver a inteligência emocional, são temas de importância crescente na formação gerencial;
- capacidade de comunicação e relacionamento com pessoas e grupos;
- conhecimento de ações e reações de outros países, de outras culturas, acompanhando a tendência universal de abertura e integração;
- capacidade de negociação;
- ética pública e compromisso social.

O curso de Tecnologia em Gestão Pública possibilita aos futuros gestores uma visão estratégica da gestão pública, estimulando o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão e crítica, com vistas a torná-los agentes de mudança no âmbito de suas futuras organizações.

A cidade de Palmas possui significativa demanda para a área pública, justamente por ser a sede do governo do Estado do Tocantins. Além da esfera estadual, o governo federal também é grande





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

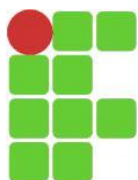
empregador de mão de obra na capital tocantinense. São cargos e funções que vão de auxiliar administrativo a auditor ou procurador da república.

As funções exercidas pelos servidores públicos do “Poder Executivo” estão distribuídas nas carreiras/atividades típicas de Estado como Saúde, Educação, Segurança Pública, Fiscalização e arrecadação de Tributos, Previdência dentre outras.

Nos últimos anos tem crescido a oferta de emprego público nos âmbitos federal, estadual e municipal. Tais contratações, no setor público, têm o intuito de renovar e recompor os quadros dos seus órgãos e autarquias. Ainda assim, especialistas estimam que essas vagas serão suficientes somente para repor os servidores que deixaram o serviço público por aposentadoria ou transferiram-se para a iniciativa privada. Há que se considerar, ainda, o incremento na quantidade de serviços oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal, além do crescimento da população, que demandam ainda mais pessoas a serem contratadas. Outro fator a ser acrescentado é o interesse dos servidores dos diversos níveis pela formação como resultado do incentivo à evolução na carreira pública.

Dentre as carências nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Fiscalização e Arrecadação e Previdência a grande maioria os órgãos contratantes possuem necessidades comuns dentre elas: A Gestão das Finanças, Administrador, Legislação Administrativa, Profissional em Ciências Sociais e Humanas, o que evidencia importância de profissionais com características na área pública. Além da carreira como servidor público, há uma outra demanda atendida pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a de assessor. Na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e nas Câmaras Municipais de todas as cidades do Estado, por exemplo, os parlamentares precisam de assessoria direta ou indireta, gerenciando a vida pública e os projetos encampados pelos parlamentares. O que demanda assessores com curso superior e formação específica para trabalhar na área, ou seja, sua profissionalização.

Dados fornecidos pela Secretaria da Administração do Estado mostram os principais órgãos públicos do Poder Executivo onde os futuros Tecnólogos em Gestão Pública poderão desempenhar suas funções: Gabinete do Governador, Casa Militar, Casa Civil, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Representação do Estado, Controladoria-Geral do Estado, Polícia Militar do Estado do Tocantins, Procuradoria Geral do Estado, 14 Secretarias de Governo, Agência de Defesa





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

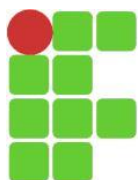
Agropecuária do Estado do Tocantins, Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins, Agência Estadual de Saneamento, Departamento Estadual de Trânsito, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, Junta Comercial do Estado do Tocantins, Escola Técnica de Saúde do Tocantins, dentre outras.

2.2.1.2 Objetivos do Curso

O tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no *Campus* Palmas, do IFTO, tem como finalidade principal a formação de profissionais aptos a atuar na área administrativa e controle financeiro, bem como no planejamento, orçamento e auditoria no setor público Municipal. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública fornecerá conhecimentos necessários ao bom desempenho de seus profissionais na gestão com foco áreas de Marketing, utilização de Sistemas de Informação, Desenvolvimento social e sustentável. Como extensão natural dessas atividades, o curso também irá preparar profissionais para atuação em Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor), especialmente nas áreas de análise de projetos e captação de recursos. Destarte os profissionais formados pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estarão aptos a ocupar os seguintes postos no mercado de trabalho:

- Servidor público (carreira);
- Assistente Administrativo;
- Assistente legislativo;
- Assessor parlamentar;
- Gestor de finanças públicas;
- Assessor Financeiro;
- Auditor público;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- Assessor no setor público;
- Analista de Planejamento e Orçamento.

Objetivo Geral

Formar profissionais capacitados a gerir organizações públicas de forma efetiva, levando em consideração as mudanças sociais e as concepções humanísticas, na busca do equilíbrio permanente entre o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida.

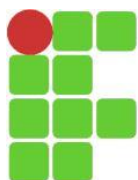
Objetivos Específicos

O aluno deverá demonstrar os seguintes domínios e competências no desempenho das atividades de Gestor Público, habilitado para as diferentes áreas que propicia o curso:

- integrar o processo de gestão pública no desenvolvimento regional e nacional;
- incentivar o futuro gestor público a familiarizar-se na sistematização de processos de tomada de decisões, através da identificação e análise de problemas, buscando o estabelecimento de prioridades nas áreas de Gestão, Contábil – Financeiro, Meio Ambiente, Sistemas de Informação;
- incentivar no aluno o empreendedorismo com responsabilidade e ética;
- motivar no aluno a reflexão e atuação crítica;
- conhecer as políticas públicas e sociais em diversas áreas economia, cidadania, comunicação, etc;
- assessorar políticos e gestores do alto escalão do governo nas áreas federal, estadual e municipal;
- aplicar corretamente a legislação referente a procedimentos na gestão pública.

2.2.1.3 Perfil Profissional do Egresso

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia aprovado em julho de 2006 pela Portaria n.º 10,



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

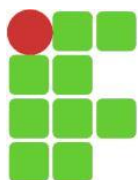
o tecnólogo em Gestão pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. o trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo (BRASIL, 2006, p. 37).

Além das características acima, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO possuirá:

- senso crítico-analítico, capacidade de planejar, alta motivação para implementação das ações e criatividade adaptativa;
- capacidade para avaliar objetivos e alcançá-los, como parte da competência necessária para atuação no mercado que, cada vez mais, privilegia soluções diferenciadas;
- visão multidisciplinar;
- visão humanística, de forma a propiciar o empreendimento e o desenvolvimento de tecnologias sem perda dos valores humanos e sociais.

Na área específica do curso, as competências serão para:

- associar os princípios de Direito à área pública;
- estabelecer um entendimento sobre as principais políticas públicas e sociais brasileiras;
- descrever os aspectos éticos e legais pertinentes à esfera pública, bem como suas consequências para a gestão pública;
- avaliar os aspectos econômicos e os impactos das finanças públicas sobre a sociedade e sobre os órgãos em questão;
- utilizar ferramentas contábeis para compreender a dinâmica da contabilidade aplicada à administração pública em todas as suas esferas;
- demonstrar a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública federal, no tocante aos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- utilizar as ferramentas de auditoria, de planejamento e de avaliação da gestão em âmbito federal, estadual e municipal;
- assessorar o desenvolvimento de campanhas de marketing político;
- coordenar o uso de ferramentas de tecnologia da informação para a gestão do conhecimento no setor público;
- desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público;
- propor ações inovadoras e empreender no setor público;
- utilizar as teorias administrativas para a tomada de decisões.

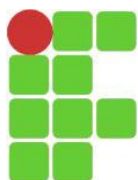
2.2.1.4 Forma de Acesso ao Curso

O ingresso ao curso de Gestão Pública no *Campus* Palmas será semestral. Serão ofertadas a cada semestre 40 vagas. O curso tem o seu funcionamento no turno noturno. As aulas ocorrem de segunda a sexta-feira. No Quadro 2 são estabelecidos os horários de funcionamento de cada turno.

As aulas terão 45 (quarenta e cinco) minutos de duração. Conforme previsto no edital de inscrição para o processo de seleção, todos os candidatos selecionados para ingressar no curso estarão sujeitos ao acatamento dos prazos previstos naquele edital, sob pena de sofrer as penalidades previstas.

Os candidatos aprovados, chamados por ordem de classificação, submeter-se-ão, no ato da matrícula, integral e incondicionalmente aos termos do regimento estudantil do IFTO, da Organização Didático-Pedagógica – ODP – para os cursos superiores, bem como a quaisquer alterações dos mesmos, a partir da homologação das alterações pelo Conselho Superior do IFTO, na forma da legislação vigente.

O regime de matrícula será por crédito (unidade curricular), com periodicidade letiva semestral, assim que efetivada a matrícula no primeiro semestre, o estudante estará autorizado a iniciar a contagem das horas relacionadas às Atividades Complementares, seguindo os trâmites previstos neste Projeto.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

As formas de ingresso no Curso de Gestão Pública são:

Sistema de Seleção Unificada (SiSU): através do gerenciamento feito pelo Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionarão novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Portador de Título: havendo vagas remanescentes no curso poderá ser efetuada matrícula de ingresso de portadores de diploma de curso superior, para obtenção de novo título, observadas as normas e o limite das vagas dos cursos oferecidos. Estas vagas são disponibilizadas após o processo seletivo, em edital com regras próprias.

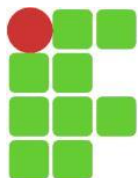
Transferência Externa: é prevista a transferência de estudantes de outras IES para o Curso de Gestão Pública do *Campus* Palmas para o prosseguimento de estudos do mesmo curso mediante a existência de vaga, conforme a Organização Didático Pedagógica do Campus Palmas (ODP).

Processo Seletivo (Vestibular): serão realizados 2 (dois) processos seletivos por ano – entrada semestral – sendo ofertadas 40 (quarenta) vagas por semestre. As informações detalhadas do Processo Seletivo serão apresentadas em Edital Público, constando informações das características do curso de Gestão Pública, assim como orientações sobre a estrutura e a organização do Processo de Seleção, incluindo: período das inscrições; local de realização das provas; conteúdo programático das provas; critérios de classificação e desempate, assim como os procedimentos de matrícula. As provas do Processo Seletivo serão limitadas aos conteúdos integrantes do Núcleo Comum do Ensino Médio e objetivam aferir a formação obtida pelo candidato. As provas constarão de questões objetivas para as unidades curriculares de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Biologia, Física, Geografia, Química, Matemática e História, sendo uma delas discursiva (Redação).

2.2.1.5 Política de Integração do Ensino, P&D e Articulação com a Sociedade

A Política de Integração do Ensino, P&D e Articulação com a Sociedade do *Campus* Palmas, do IFTO, trabalha no seguinte sentido:

a) Incentivo aos alunos



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

O IFTO incentiva a participação dos seus alunos em palestras técnicas, seminários, feiras e exposições tanto em nível local quanto nacional, bem como mediante divulgação para a comunidade nos meios de comunicação do Instituto.

Um evento que vem recebendo apoio sistemático da Instituição é o Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI). Este evento almeja a troca de experiências e resultados de projetos entre professores, pesquisadores e estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão, empresas e indústrias, além de profissionais autônomos.

O CONNEPI tem periodicidade anual, sendo suas edições anteriores realizadas nos seguintes Estados: I CONNEPI (2006) - Rio Grande do Norte (CEFET-RN); II CONNEPI (2007) - Paraíba (CEFET-PB); III CONNEPI (2008) - Ceará (CEFET-CE); IV CONNEPI (2009) - Pará (IFPA); V CONNEPI (2010) - Alagoas (IFAL); VI CONNEPI (2011) - Rio Grande do Norte (IFRN e IFS). A VII edição do evento, realizado em 2012, teve como anfitrião o *Campus Palmas*, no Estado do Tocantins (IFTO).

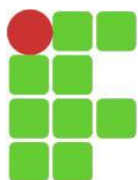
O evento conta com o apoio dos Institutos Federais das regiões norte e nordeste, os quais estão empenhados em difundir-lo, disponibilizando pesquisadores para o comitê científico e contribuindo com ações para êxito deste evento. A importância do CONNEPI para o desenvolvimento e consolidação de atividades que envolvam a pesquisa e a inovação é reconhecida por toda a Rede.

A mecânica de funcionamento do evento prevê sessões técnicas orais, apresentação de pôsteres, palestras e minicursos.

b) Pesquisa & desenvolvimento

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oportuniza que o tema a ser trabalhado pelo aluno venha atender às necessidades e interesses da comunidade. O Trabalho de



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

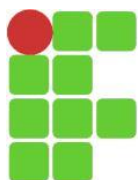
Conclusão de Curso é obrigatório no curso de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Palmas, do IFTO, e tem como objetivos principais:

- desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso, de forma integrada, através da execução de um projeto;
- desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- intensificar a extensão da instituição através da resolução de problemas existentes no setor produtivo e na sociedade;
- estimular a construção do conhecimento coletivo.

Programas de Pesquisa

Atualmente o IFTO tem em efetivo funcionamento três programas de incentivo à pesquisa. São eles:

- a) Jornada de Iniciação Científica e Extensão (JICE): o programa de iniciação científica que visa introduzir os jovens no ambiente de desenvolvimento da ciência, estimular a compreensão da pesquisa científica e proporcionar para os interessados a continuidade nessa área, desenvolvendo atividades relacionadas à pesquisa. O Instituto entende que a primeira conquista de um estudante que faz iniciação científica é a fuga da rotina e da estrutura curricular, pois agrega-se aos professores e disciplinas com quem tem mais “simpatia”, desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais. Outra vantagem é a de perder o medo, pois quando se aprendem coisas com uma certa autonomia apoiada na diretriz do orientador, posteriormente, na vida prática, ao surgir a primeira dificuldade, ele terá uma razoável habilidade para interpretar o fato e discernir se pode resolvê-lo ou se é preciso consultar quem sabe mais, pois, humildemente, reconhecerá que não tem a solução. Outro destaque refere-se ao fato de que todos os iniciantes científicos são excelentes fontes de informação para as adequações curriculares de impacto nos cursos, podendo ser considerados termômetros muito importantes da qualidade do curso, do desempenho dos professores e do conteúdo dos programas, ou seja, são excelentes cooperadores do próprio modelo pedagógico.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- b) Programa de Iniciação Científica: programa voltado para a iniciação à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico e inovação de estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino e suas formas de articulação ofertadas pelo IFTO. O programa é regido por edital específico e prevê a destinação de bolsas de iniciação científica para docentes e discentes.

A fim de ampliar a pesquisa científica e tecnológica no *Campus* Palmas, do IFTO, a instituição foi cadastrada no CNPq, no diretório dos Grupos de Pesquisa e na REDENET (Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica), que tem como um dos objetivos estruturar e fortalecer o desenvolvimento de programas e projetos em rede na área de pós-graduação, pesquisa e inovação tecnológica.

Visitas técnicas

As visitas técnicas promovidas pelo *Campus* Palmas, do IFTO, são atividades didático-pedagógicas e têm caráter eminentemente educativo, objetivando complementar a aprendizagem técnica e promover o enriquecimento sócio-cultural dos participantes.

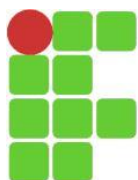
O *Campus* Palmas, do IFTO, promove condições de transporte, diárias e recursos para manutenção de veículos sempre que necessário.

É necessário observar as normas e procedimentos de realização das visitas técnicas. Para a confirmação da visita técnica, os professores terão que assinar um termo de responsabilidade, enviando a relação dos alunos com seus respectivos dados pessoais para fazer o seguro.

2.2.2 Gestão do Curso

a) Colegiados dos Cursos Superiores

Os colegiados dos cursos superiores do IFTO são órgãos permanentes, de caráter deliberativo, responsáveis pela execução didático-pedagógica e atuam no planejamento,





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

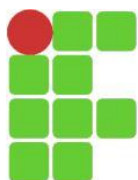
acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição.

O colegiado de curso é composto por:

- a) Coordenador do Curso, como presidente;
- b) Coordenador da Área Profissional;
- c) Coordenador dos laboratórios, quando houver, ou de professor indicado pelo presidente do Colegiado do Curso para esta vaga;
- d) Coordenador Técnico Pedagógico – COTEPE;
- e) Professor Supervisor do Trabalho de Conclusão do Curso (se houver TCC no curso);
- f) Professor Supervisor das Atividades Complementares;
- g) Professor Supervisor de Estágio Curricular (se houver Estágio Curricular no curso);
- h) 2 (dois) membros indicados pelo presidente do Colegiado do Curso, sendo 1 (um) da área específica e 1 (um) da área de formação geral;
- i) 1 (um) membro eleito pelos professores do curso, segundo o artigo 15 (quinze) e seu respectivo suplente;
- j) 1 (um) aluno do curso e seu respectivo suplente indicados pelo órgão representativo dos alunos. Na falta desta representação, serão indicados pelo presidente do Colegiado do Curso.

Compete ao colegiado dos cursos superiores de tecnologia:

- a) realizar atividades que permitam a integração da ação técnico-pedagógica do grupo docente;
- b) propor às diretorias da instituição o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins com o objetivo de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;
- c) verificar e avaliar semestralmente a execução dos Planos de Ensino das unidades curriculares e propor as ações cabíveis;
- d) participar da avaliação e reformulação dos Planos de Ensino de cada unidade curricular, periodicamente ou sempre que for solicitado;

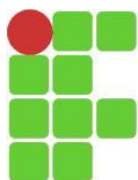




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- e) analisar e dar parecer de solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos alunos não previstas no Regulamento de Atividades Complementares;
- f) analisar e reformular os Planos de Ensino das unidades curriculares na oferta de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão;
- g) dar parecer sobre a relevância dos projetos de pesquisa e extensão de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- h) analisar e aprovar os pedidos da Coordenação de Área para afastamento de professores para Licença-Capacitação, Licença-Sabática, Licença-sem Remuneração, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado, em conformidade com os critérios adotados na instituição. Não estão inclusas neste as licenças para tratamento de saúde;
- i) propor às instâncias competentes alterações nos critérios existentes para afastamentos para capacitação de professores no *Campus Palmas*, do IFTO, se houver necessidade;
- j) propor aos conselhos competentes, em articulação com o Coordenador do Curso, alterações no currículo do curso, quando for o caso;
- k) examinar e decidir sobre as questões solicitadas pelos corpos docente e discente, ou encaminhar ao setor competente para parecer detalhado dos assuntos cuja solução exceda as suas atribuições;
- l) estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de alunos do curso ou unidades curriculares a partir de dados obtidos junto à CORES e propor ações resolutivas;
- m) fazer cumprir a Organização Didático-pedagógica dos Cursos Superiores de Tecnologia do *Campus Palmas*, do IFTO, propondo alterações sempre que forem evidenciadas;
- n) auxiliar na manutenção da ordem no âmbito escolar e na gestão hierárquica da instituição;
- o) delegar competência no limite de suas atribuições.

O colegiado do curso, ao ser solicitado seu parecer por meio de requerimento devidamente documentado e protocolado na Coordenação de Comunicação Arquivo e Transporte (CCAT) e encaminhado ao seu presidente, deverá, nas suas decisões, dar prosseguimento no processo protocolado de acordo com os trâmites internos necessários e adotados no *Campus Palmas*, do





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

IFTO: Coordenação da Área do curso, CPPD, Gerente da Área de Ensino, Diretor de Ensino, Conselho Pedagógico, Diretor da Unidade, Diretor-Geral e Conselho Diretor.

b) NDE - Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública do *Campus* Palmas é constituído por:

- Coordenador do Curso, como seu presidente e
- Representantes do Corpo Docente indicados pelo Colegiado do Curso.

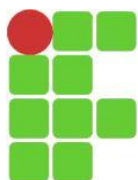
São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- elaborar o Projeto do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- atualizar periodicamente o Projeto do Curso;
- conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto de Curso;
- acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

No quadro a seguir são definidos os docentes eleitos, conforme Portaria n.º 015/2014/IFTO/CAMPUS PALMAS, 27 de janeiro de 2014, para compor o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública.

Nome	Titulação/Regime Trabalho
Robleik Barbosa	Mestre/DE





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Nome	Titulação/Regime Trabalho
Gislene Magali da Silva	Mestre/DE
Luana de Souza Oliveira	Mestre/DE
Luiz Antônio Lopes Toledo	Especialista/DE
Carla Simone Burdzinski	Especialista/DE

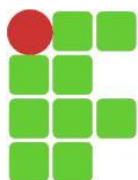
c) Coordenação do Curso

Atualmente o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é coordenado pelo professor Robleik Barbosa, eleito pelos pares e nomeada pela Portaria n.º 382/2014. O Coordenador é formado em Administração pelo Centro Universitário Luterano de Palmas, especialista em Administração Financeira e Administração e Planejamento para Docentes, mestre em Administração. É docente no IFTO desde setembro de 2006. O contrato é em regime de trabalho de dedicação exclusiva. A experiência no magistério superior acumula 16 anos e a experiência de Coordenação de Curso acumula 5 anos. Além da coordenação do curso o professor ministra as disciplinas de Marketing Público e Político, Empreendedorismo e Gestão Empresarial.

A Coordenação de Curso funciona de segunda a sexta-feira das 14h às 18 h e das 19h às 22h. Seis bolsistas auxiliam no atendimento dos alunos.

2.2.1.8. Comitê de Ética em Pesquisa

Todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, incorporar e respeitar os referenciais básicos da bioética - autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros. Além disto, devem assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

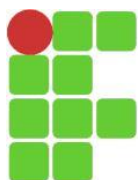
Para a garantia destes direitos e deveres, toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetidas a um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP -, registrado na CONEP/MS – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Ministério da Saúde. A CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

Atualmente, as Pesquisas envolvendo seres humanos são regulamentadas pelas Resoluções N.º 196/96, N.º 251/97 e N.º 370/07, do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

A Resolução CNS N.º 196/96 define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, com destaque para a função e atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa, enquanto que a resolução N.º 370/07 regulamenta os critérios para registro, credenciamento e renovação de registro dos CEPs. A Resolução CNS N.º 251/97 é específica para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos. Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar estas Resoluções, devem cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

Segundo a Resolução N.º 196/96, em seu capítulo VII – Comitê de Ética em Pesquisa - CEP -, define que toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, e que, as instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, conforme suas necessidades. Também define que, na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente dentre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

O *Campus* Palmas, do IFTO, ainda não tem constituído o Comitê de Ética em Pesquisa por não preencher, até o momento, os critérios mínimos definidos pela legislação vigente. Soma-se a isto, o fato de o Instituto ainda estar se estruturando na área de pesquisa e que o Comitê de Ética em Pesquisa será estruturado à medida que a demanda necessitar. Também observa-se que a maioria dos grupos de pesquisa não realiza trabalhos que envolvam seres humanos e, conseqüentemente, não necessitam de aprovação pelo comitê de ética para o andamento de seus projetos.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Ao pesquisador do *Campus* Palmas que necessita submeter sua pesquisa a um CEP poderá submeter seu projeto à apreciação de um dos CEP vinculados à CONEP/MS, conforme inciso VII.2, do capítulo VII, da Resolução N.º 196/96 do CNS. Segundo dados da CONEP/MS, em setembro de 2007, atualmente estão em atividade os seguintes CPE no Estado do Tocantins: CEP da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins, aprovado em 21/2/2002 e renovado em 8/6/2006; CEP do Centro Universitário Luterano de Palmas, aprovado em 14/11/2003; CEP da Fundação Universitária Federal do Tocantins - UFT/ UNITINS, aprovado em 6/12/2005; e o CEP da Fundação UNIRG/ Faculdade UNIRG, aprovado em 10/2/2006.

O *Campus* Palmas, do IFTO, possui um Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Universidade Federal do Tocantins, para as áreas de pesquisa e extensão. Assim, ao professor pesquisador deste *campus* que necessitar submeter seu projeto de pesquisa ao CEP sugere-se a submissão ao CEP da UFT.

2.2.3 CURRÍCULO DO CURSO

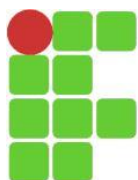
2.2.3.1 Organização curricular

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

MATRIZ CURRICULAR

1º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Teoria Geral da Gestão Pública	04	60
História da Gestão Pública	02	30
Planejamento Governamental	04	60
Sociologia Política	04	60
Metodologia Científica	02	30
Informática Aplicada	04	60
TOTAL PARCIAL	20	300

2º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Estatística Básica	04	60





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

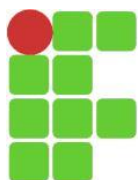
Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público	04	60
Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão Pública	04	60
Estado Política e Governo	04	60
Auditoria Pública	04	60
TOTAL PARCIAL	40	600

3º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Gestão Ambiental e Sustentável	02	30
Orçamento Público	04	60
Marketing Público e Político	04	60
Finanças Públicas	04	60
Elaboração e Gestão de Projetos Públicos	02	30
Legislação do Setor Público	04	60
TOTAL PARCIAL	60	900

4º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Relações Públicas	02	30
Contabilidade Pública	04	60
Gestão Estratégica	04	60
Economia Solidária	02	30
Políticas Públicas	04	60
Legislação Tributária	04	60
TOTAL PARCIAL	80	1200

5º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Gestão de Recursos Materiais	04	60
Gestão de Pessoas	04	60
Avaliação na Gestão Pública	04	60
Redação Oficial	04	60
Projeto de TCC	04	60
TOTAL PARCIAL	100	1500

6º PERÍODO			
Componente curricular	Créditos	C/H	Pré-requisitos
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional	04	60	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Processo Decisório na Administração Pública	04	60	
Ética na Gestão Pública	04	60	
Projetos Sociais	04	60	
TOTAL PARCIAL	116	1740	

SUB-TOTAL	116	1.740	
Atividades Complementares (AC)	08	120	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	04	60	Projeto de TCC e AC
TOTAL COM AC + TCC	128	1920	

Disciplina Optativa			
Fundamentos de Libras	04	60	

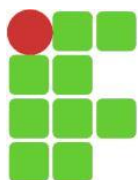
2.2.2.2. Flexibilidade Curricular do Curso

O regime de matrícula por créditos permite flexibilidade no currículo dos alunos. É possível ter o adiantamento de unidades curriculares, aproveitamento de unidades curriculares cursadas em outro curso de mesmo nível e de experiências vividas, além de enriquecimento curricular.

Os alunos que apresentarem conhecimentos adquiridos em outras instituições em cursos de mesmo nível terão direito ao aproveitamento de estudos, desde que tenham sido aprovados pela instituição de origem e as competências e habilidades sejam compatíveis. Este aproveitamento é denominado convalidação de unidades curriculares.

Da mesma forma, os alunos que tenham conhecimentos adquiridos de outras experiências e vivências, também terão direito ao aproveitamento de estudos, devendo comprovar as competências e habilidades da unidade curricular através de avaliação específica, denominada Exame de Proficiência.

O enriquecimento curricular é proporcionado ao aluno que deseja adicionar ao currículo e unidades curriculares de outros cursos ou que tenham sido originadas em mudanças curriculares dos próprios cursos.





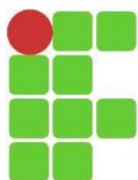
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Todos estes procedimentos são conduzidos segundo o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente.

2.2.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

2.2.3.1. Práticas Pedagógicas

UNIDADES CURRICULARES	Atividade (%)						
	Aula teórica	Prática Laboratório	Trabalho individual	Trabalho em grupo	Visita técnica	Vídeos e Projeções	Conferências e Palestras
Teoria Geral da Gestão Pública	100						
História da Gestão Pública	100						
Planejamento Governamental	100						
Sociologia Política	100						
Metodologia Científica	80		20				
Informática Aplicada	70	65	5				
Estatística Básica	100						
Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público	60	10	10	20			
Tecnologia de Informação aplicada à Gestão Pública	40	55	5				
Estado, Política e Governo	100						
Auditoria Pública	90		2	3			5
Gestão Ambiental e Sustentável	80			10		5	5
Orçamento Público	80		10	5			5
Marketing Público e Político	70			20		5	5
Finanças Públicas	75			20			5
Elaboração e Gestão de Projetos	75		10	15			
Legislação do Setor Público	100						
Relações Públicas	100						
Contabilidade Pública	90		5				5
Gestão Estratégica	90		5			5	
Economia Solidária	100						





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Políticas Públicas	90			5			5
Legislação Tributária	100						
Gestão de Recursos Materiais	100						
Gestão de Pessoas	100						
Avaliação na Gestão Pública	90		5	5			
Redação Oficial	100						
Processo Decisório na Administração Pública	100						
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional	80		5	5		5	5
Ética na Gestão Pública	100						
Projetos Sociais	100						
Projeto de TCC	60						
TCC			60				

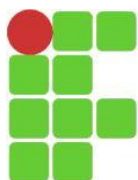
2.2.3.2 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

O acompanhamento da aprendizagem segue a Organização Didática Pedagógica dos Cursos Superiores de Tecnologia do *Campus* Palmas, do IFTO. Nesta consta que o registro do rendimento escolar dos alunos será compreendido através de:

- verificação da assiduidade;
- avaliação do aproveitamento em todas as unidades curriculares.

A avaliação do aproveitamento em unidade curricular dar-se-á por uma única nota, denominada Nota Final, proveniente de avaliações diversificadas ao longo do semestre letivo. Para todos os efeitos, avaliação diversificada é toda estratégia didático-pedagógica aplicada no processo de avaliação da aprendizagem prevista no Plano de Ensino de cada unidade curricular, tais como:

- ☐ observação diária e/ou parcial dos professores;
- ☐ trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;
- ☐ testes escritos, com ou sem consulta;
- ☐ verificações individuais ou em grupos;
- ☐ arguições;
- ☐ seminários;
- ☐ visitas;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- ☐ resoluções de exercícios;
- ☐ execução de experimentos ou projetos;
- ☐ relatórios referentes aos trabalhos, experimentos e visitas;
- ☐ trabalhos práticos;
- ☐ outros instrumentos pertinentes da prática pedagógica.

A avaliação do aproveitamento em unidade curricular dar-se-á por uma única nota, denominada Nota Final, proveniente de avaliações diversificadas ao longo do semestre letivo. As avaliações do Curso Superior deverão ser feitas a partir da média aritmética de duas notas, intituladas AVALIAÇÃO 1 e AVALIAÇÃO 2. Ambas com o mesmo peso.

De acordo com o Art. 148, § 4º, da ODP IFTO, “ao final das duas etapas que compreendem as avaliações diversificadas, os estudantes com média inferior a 6,0 (seis) terão a oportunidade de realizar a avaliação final, seja ela teórica ou prática, que sendo igual ou superior a 6,0 (seis) substituirá a nota anterior.

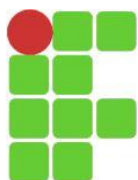
Será considerado aprovado na unidade curricular o acadêmico que tiver frequência às atividades escolares, igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da unidade curricular e obtiver Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis). Será considerado reprovado o acadêmico que tiver Nota Final inferior a 6,0 (seis) e/ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades escolares.

2.2.3.3 Avaliação do Curso

Ao longo do desenvolvimento das atividades curriculares, a coordenação do curso em conjunto com o NDE trabalham na direção da consolidação de mecanismos que possibilitem a permanente avaliação dos objetivos do curso. Tais mecanismos deverão contemplar o mercado de trabalho, as condições de empregabilidade, a parceria com o setor público e a atuação profissional dos formandos, entre outros.

Poderão ser utilizados mecanismos especificamente desenvolvidos pelas coordenações dos cursos atendendo objetivos particulares, assim como os seguintes outros mecanismos:

- utilização do período constante do Calendário Escolar intitulado “Atividade Pedagógica” para planejamento, (re)-elaboração de planos de ensino, avaliação dos cursos, entre outros, com a





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

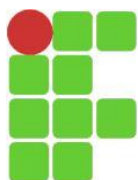
participação dos Responsáveis Técnicos, Coordenadores de Área e professores de todas as áreas do conhecimento e de todas as unidades do *Campus Palmas*;

- utilização dos “seminários” de apresentação de “qualificação” e de defesa final dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, realizados semestralmente, como oportunidade de avaliação do desempenho dos alunos e da eficácia do curso. A banca examinadora das apresentações, sendo composta, também, por representantes do setor produtivo, pode avaliar o desempenho do estudante sob a ótica da empresa;
- análise sobre a relevância dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvida pelo corpo docente do curso de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- programa de acompanhamento de egressos – a ser implementado em conjunto à DIREC com o intuito de realizar: cadastramento dos egressos e dos empregadores dos egressos; avaliação dos egressos no mercado de trabalho; avaliação e adequação dos currículos dos cursos; avaliação das práticas pedagógicas e conteúdos ministrados no curso; instituir o programa de avaliação institucional no *Campus Palmas* - CPA;
- utilizar os dados obtidos a partir do processo de avaliação instituído pelo MEC/INEP: ENADE;
- realização, em conjunto com a Coordenação de Área e com o Responsável Técnico, de reuniões periódicas com os professores, para análise do desempenho das turmas e outros assuntos pertinentes.
- analisar o tipo de atividade desenvolvida pelo aluno em “Atividades Complementares”.

2.2.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso é resultante do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmico-científica que deve abranger os resultados da prática de pesquisa.

O TCC deve elaborado respeitando as modalidades de TCC descritas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO vigente. Esse mesmo Regulamento estabelece as diretrizes que norteiam todo o processo, desde a concepção, orientação, composição de banca avaliadora e apresentação do trabalho, sendo este





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Regulamento o instrumento que embasa o TCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFTO – *Campus Palmas*.

O acadêmico, assistido por seu Orientador, deve iniciar o processo de desenvolvimento do TCC no quinto período do Curso por meio da disciplina *Projeto de TCC*, ocasião em que o trabalho deverá ser qualificado por uma banca avaliadora, e deverá levá-lo a término no sexto período do Curso, quando será submetido a uma banca de avaliação final.

Durante o desenvolvimento da disciplina de *Projeto de TCC*, o acadêmico submeterá o seu projeto ao exame de qualificação, que estará sujeito à aprovação, revisão ou mesmo recusa. O exame de qualificação será apresentado a uma banca examinadora e representará a nota total e/ou parcial da disciplina.

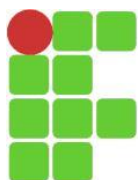
Cabe destacar que este constitui em um importante espaço da formação profissional do gestor público, pois contribui para o aprimoramento de habilidades investigativas e de acompanhamento de grupos de pesquisa, em razão da proximidade com os professores orientadores. Além disso, garante a oportunidade de elaboração de um trabalho nos moldes acadêmicos e a experiência de uma exposição pública.

O acompanhamento do acadêmico no TCC é feito por um Orientador, escolhido pelo acadêmico e homologado pelo Supervisor de TCC, observando-se sempre a área de conhecimento em que é desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do Orientador.

A orientação do TCC deverá ser de responsabilidade de um servidor do IFTO, preferencialmente professor do Curso ou de área afim do quadro docente do *campus Palmas* e que possua titulação mínima de pós-graduação em nível de especialização.

O TCC, sujeito à aprovação, revisão ou mesmo recusa, é apresentado a uma banca examinadora composta pelo Orientador e mais dois componentes e se dá no âmbito da atividade prática do TCC no sexto período do Curso.

Atualmente, vigora o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO, aprovado pela Resolução *ad referendum* n.º 02/2012/CONSUP/ IFTO, de 30 de agosto de 2012, referendado e alterado pela Resolução n.º 34/2012/CONSUP/IFTO, de 24 de outubro de 2012 e alterado pela Resolução n.º 72/2013/CONSUP/IFTO, de 11 de dezembro de 2013 e alterado pela Resolução n.º 44/2015/CONSUP/IFTO, de 22 de setembro de 2015.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

2.2.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são atividades práticas que privilegiam a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais do aluno. Constituem parte integrante do currículo dos Cursos Superiores do IFTO e são organizadas pelo Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação desta Instituição de Ensino.

Efetivada a matrícula no primeiro semestre, o acadêmico está autorizado a realizar as atividades complementares, seguindo os trâmites previstos na Regulamentação do Curso.

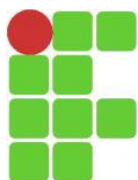
Trata-se de atividades de cunho acadêmico, científico e cultural que devem ser desenvolvidas pelos licenciandos ao longo de sua formação, como forma de incentivar sua inserção em outros espaços acadêmicos, científicos e culturais. Essas atividades devem envolver, obrigatoriamente, a modalidade de ensino e, à escolha, a modalidade de pesquisa e/ou de extensão.

O aluno deve desenvolver essas atividades, obrigatórias para a sua graduação, no IFTO ou em outras instituições públicas ou privadas, durante os semestres letivos.

Cada atividade desenvolvida possui uma pontuação pré-determinada, que leva em consideração a compatibilidade, a relevância, a carga horária e a participação efetiva.

As Atividades Complementares têm as seguintes finalidades:

- I. Complementação da formação social, humana e cultural: atividades esportivas; cursos de língua estrangeira; atividades artísticas e culturais; organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural; participação como expositor em exposição artística ou cultural.
- II. Cunho comunitário e interesse coletivo: participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos da Instituição, mediante comprovação de, no mínimo, 75% de participação efetiva; participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, Cipas, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares; participação em atividades beneficentes; atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade; engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar; participação em projetos de extensão não remunerados e de interesse social.



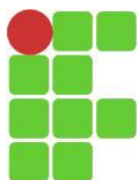


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

III. Iniciação científica, tecnológica e de formação profissional: participação em cursos extraordinários da área de formação, de fundamento científico ou de gestão; participação efetiva e comprovada em palestras, congressos, seminários técnico-científicos, semanas acadêmicas, programas de treinamento, jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, promovidos pelo IFTO ou por outras instituições de ensino, bem como por conselhos ou associações de classe; participação em atividades de monitoria; atividades de extensão promovidas pelo IFTO ou por outras instituições de ensino ou por órgão público; participação em comissão coordenadora ou organizadora de evento de extensão isolado, devidamente registrado nos órgãos competentes; participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos; participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso; participação como expositor em exposições técnico-científicas; participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico; publicações em revistas técnicas; publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional; estágio não obrigatório na área do Curso; participação em visitas técnicas organizadas pelo IFTO; participação e aprovação em unidades de enriquecimento curricular, cursadas com aproveitamento; participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares; participação como assistente de bancas examinadoras de defesa de Estágio Curricular Obrigatório; participação como assistente de bancas examinadoras de Qualificação e Defesa de Monografia; participação como assistente de bancas examinadoras de Qualificação e Defesa de Mestrado e Doutorado.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo acadêmico, são consideradas a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas com os objetivos do Curso em que o discente está matriculado e o total de horas dedicadas às atividades.

O acadêmico, até a data limite estabelecida no Calendário Escolar, deve protocolar, na Coordenação de Protocolo e Arquivo, um requerimento à Coordenação do Curso com solicitação de homologação das atividades desenvolvidas, anexando toda a documentação comprobatória, que contenha a indicação da natureza da atividade e sua respectiva duração. Cada documento apresentado só pode ser contabilizado uma única vez, ainda que possa ser contemplado em mais de uma modalidade.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

O Coordenador do Curso encaminha os processos aos membros do Colegiado de Curso para análise e apresentação de parecer a ser analisado na Plenária do Colegiado. Após a homologação das Atividades Complementares acadêmicas, científicas e culturais pelo Colegiado, o Coordenador do Curso faz o devido registro no Sistema Acadêmico. Só podem ser contabilizadas as atividades realizadas no decorrer do período em que o aluno está vinculado ao Curso.

A matrícula em Atividades Complementares e a homologação pela Coordenação de Curso de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas de Atividades Complementares são pré-requisitos para a matrícula no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Os casos omissos e as situações não previstas neste subitem serão analisados pelo Colegiado do Curso.

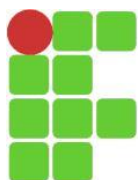
3 CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

3.1 Plano de Carreira Docente

O regime jurídico de contratação adotado para as autarquias especiais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação é o instituído pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Esse regime foi instituído em atendimento à redação original do artigo 39 da Constituição Federal de 1988, que previa um regime jurídico único para os servidores públicos civis da União, das fundações e autarquias.

Para o ingresso no *Campus* Palmas, do IFTO, (e qualquer outra Instituição Federal de Ensino) é exigido o concurso público de provas e títulos. O concurso público é autorizado inicialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, em seguida, o Ministério da Educação distribui as vagas autorizadas dentre as IFEs.

O Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico foi criado pela Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008 e estruturado pela Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e suas alterações. O regime de trabalho poderá ser de tempo parcial com 20





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

(vinte) horas semanais, ou regime de tempo integral com 40 (quarenta) horas semanais com ou sem dedicação exclusiva, onde:

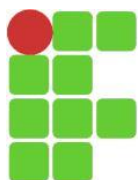
- a) o docente pode ser nomeado no regime de 20h ou 40h com dedicação exclusiva. Excepcionalmente poderá haver admissão de docentes em regime de 40h sem dedicação exclusiva, nos termos da legislação. Desta forma, o regime de trabalho poderá ser: tempo parcial com 20 horas semanais de trabalho; tempo integral com 40 horas semanais com dedicação exclusiva, com obrigação de prestar de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada; tempo integral com 40 horas semanais de trabalho, em dois turnos diários completos, sem obrigação de dedicação exclusiva;
- b) a remuneração do docente se dará em conformidade com os anexos da Lei n.º 12.772/2012, considerando o regime de trabalho e a posição na Carreira.

Conforme a legislação, o ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

No concurso público será exigido diploma de curso superior em nível de graduação e poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos: título de doutor e dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior.

O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação. A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Quanto ao desenvolvimento na Carreira, poderá haver a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe (progressão), e a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente (promoção).

A progressão na Carreira EBTB tem como critérios gerais:

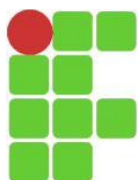
1. O cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício entre um nível e outro, dentro da mesma classe; e
2. Aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, com obrigatoriedade da aprovação em avaliação de desempenho individual. Os docentes que já ocupavam cargo efetivo e já possuíam título de Especialista, Mestre ou Doutor na data de 1º março de 2013 poderão mover processo de aceleração da promoção, que consiste no salto de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista e de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Para a Classe Titular, o docente deverá possuir o título de doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção são estabelecidas por ato do Ministério da Educação e contempla as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com regulamentação do Conselho Superior.

O processo de avaliação para acesso à Classe Titular será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, e será objeto de regulamentação por ato do Ministro de Estado da Educação.





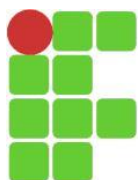
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Atualmente, o IFTO tem sua política de capacitação normatizada pela Resolução n.º 37/2012 do Conselho Superior. Nela consta que, com enfoque na qualificação profissional, na motivação para o trabalho e na melhoria a qualidade de vida dos servidores, deve ser adotada algumas diretrizes básicas para definir a política de capacitação e qualificação da Instituição e, conseqüentemente, delinear um programa de desenvolvimento dos seus recursos humanos, que além do previsto no Decreto n.º 5.707/06, possibilite:

- criar e/ou estabelecer procedimentos sistemáticos de capacitação e qualificação.
- elaborar os programas de capacitação e qualificação de forma transparente, com ampla divulgação junto à comunidade e com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas das categorias (CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente e CIS - Comissão Interna de Supervisão).
- criar e/ou estabelecer normas que regulamentem a destinação de percentual dos recursos destinados para capacitação e qualificação.
- promover ações visando motivar os servidores a buscar níveis mais elevados de educação formal como meio de atingir a cidadania plena.
- incentivar os servidores à procura constante de melhor qualificação e capacitação profissional.
- estabelecer oportunidades iguais para todos os profissionais que atuam nos diversos *campi* do IFTO.
- capacitar os servidores para o desempenho de cargos e funções, por meio da implementação de programa de desenvolvimento gerencial e de capacidade técnica de equipes.
- manter quadro atualizado da situação de capacitação e qualificação dos servidores.
- realizar seminários de ingresso para os novos servidores.
- promover ações de valorização dos servidores situadas em programas de melhoria da qualidade de vida.

3.2 Perfil do Corpo Docente

Apresenta-se no quadro a seguir o corpo docente do curso de Gestão Pública com a respectiva titulação e link que direciona para o currículo na Plataforma Lattes:





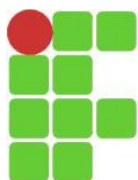
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Nome	Formação	Titulação	Regime de trabalho	Link para Lattes
Ana Carolina Nogueira Falcão	Administração	Mestrado	40 h	http://lattes.cnpq.br/9875465880433840
Anna Paula Soares Rodrigues	Ciências Contábeis	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/3531672010611628
Gislene Magali da Silva	Comunicação Social	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/4078120886354321
Guilherme Bizarro Salve	Administração	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/8169706576105849
Joseane Ribeiro de Menezes Granja Junior	Economia	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/1913981016212446
Paula Karini Dias Ferreira Amorim	Administração	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/3060561160947107
Vanessa David Domingos	Engenharia Agrônoma	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/2513674770729718
José Messias Oliveira	Direito	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/1913981016212446
Luiz Antônio Lopes Toledo	Administração	Especialização	DE	http://lattes.cnpq.br/3366749233716596
Daniel Marra da Silva	Letras	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/3649937025850560
César de Oliveira Zica	Matemática	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/281537015974813
Ana Jaimile da Cunha	Turismo	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/3176854436741548
Carlos Eduardo Panosso	Ciências Sociais	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/2166135207163629
Romeu Aloísio Feix	Filosofia	Mestrado	20 h	http://lattes.cnpq.br/2549182931729927
Gerson Pesente Focking	Tecnólogo em Processamento de Dados	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/7255745251514223
Robleik Barbosa	Administração	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/4386866450042084

3.3 Corpo Docente por disciplina

Apresenta-se no quadro a seguir o corpo docente do curso de Gestão Pública com as respectivas disciplinas:

Nome	Formação	Titulação	Disciplina(s)
Ana Carolina Nogueira Falcão	Administração	Mestrado	☐ História da Gestão Pública ☐ Marketing Público e Política ☐ Economia Solidária ☐ Gestão de Pessoas ☐ Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



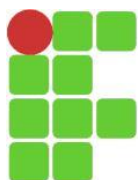
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Anna Paula Soares Rodrigues	Ciências Contábeis	Mestrado	• Auditoria Pública • Contabilidade Pública • Orçamento Público
Gislene Magali da Silva	Comunicação Social – Jornalismo	Mestrado	☐ Relações Públicas ☐ Políticas Públicas ☐ Trabalho de Conclusão de Curso
Guilherme Bizarro Salve	Administração	Doutorado	• Teoria Geral da Gestão Pública • Avaliação na Gestão Pública • Processo Decisório na Administração Pública
Joseane Ribeiro de Menezes Granja Junior	Economia	Mestrado	• Finanças Públicas • Tópicos em Desenvolvimento Regional • Gestão Ambiental e Sustentável
Paula Karini Dias Ferreira Amorim	Administração	Doutorado	☐ Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão Pública ☐ Gestão Estratégica
José Messias Oliveira	Direito	Doutorado	• Legislação do Setor Público • Legislação Tributária
Luiz Antônio Lopes Toledo	Administração	Especialização	• Planejamento Governamental • Gestão de Recursos Materiais
Daniel Marra da Silva	Letras	Doutorado	• Redação Oficial
César de Oliveira Zica	Matemática	Mestrado	☐ Estatística Básica
Ana Jaimile da Cunha	Turismo	Mestrado	☐ Projetos Sociais ☐ Elaboração e Gestão de Projetos Públicos
Carlos Eduardo Panosso	Ciências Sociais	Mestrado	☐ Sociologia Política
Romeu Aloísio Feix	Filosofia	Mestrado	• Ética na Gestão Pública ☐ Estado, Política e Governo
Gerson Pesente Folking	Processamento de Dados	Mestrado	☐ Informática Aplicada
Vanessa David Domingos	Engenharia Agrônoma	Doutorado	• Metodologia Científica
Robleik Barbosa	Administração	Mestrado	• Marketing • Empreendedorismo • Gestão

3.4 Perfil do Corpo Técnico-Administrativo

Dentre o corpo técnico-administrativo do *Campus* Palmas, do IFTO, destaca-se no âmbito do Curso a atuação dos técnicos em assuntos educacionais, da orientadora educacional e dos bibliotecários. As competências do corpo técnico-administrativo foram formadas ao longo de suas trajetórias profissionais, tanto com qualificação acadêmica como por experiência profissional externa.

O grupo é formado por:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

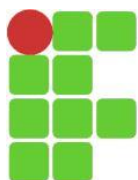
- quatro pedagogos, sendo uma orientadora educacional e três técnicos em assuntos educacionais, que formam a Cotepe – Coordenação Técnico-Pedagógica, e que também participam de colegiados de curso;
- dois bibliotecários e três assistentes em administração direcionados à organização das informações do acervo, administração e atendimento da Biblioteca;
- quatro técnicos-administrativos, assistentes em administração com atribuições mais direcionadas à organização das informações do curso e administração escolar no sistema acadêmico do *Campus* Palmas, do IFTO (matrículas, etc.), na Cores – Coordenação de Registros Escolares;
- três técnicos-administrativos, assistentes de acadêmicos para atendimento na Coordenação de Turnos, para recepção e acompanhamento diário dos acadêmicos;
- quatro técnicos-administrativos, sendo dois assistentes em administração e dois técnicos em audiovisuais para atendimento na Coard – Coordenação de Ambientes e Recursos Didáticos, para controle de utilização de equipamentos e de material didático.

3.5 Política de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo

O PDI e o PPI, como Política Institucional, estabelecem a promoção, a valorização e a formação continuada dos servidores, visando à qualificação profissional e à satisfação pessoal. Nesse sentido, o IFTO tem a prática de incentivar os técnicos-administrativos, assim como os docentes, a participarem de eventos internos e externos de capacitação.

A política de capacitação no âmbito do Curso obedece às diretrizes e à norma institucional da Escola Técnica Federal de Palmas ainda em vigor, a qual foi criada em 16/5/2006, aprovada pela Resolução n.º 20/2006 do Conselho Diretor e está convalidada desde 29 de outubro de 2007, pela Resolução no 3/2007, em processo de revisão a partir da criação do IFTO.

As “Normas para Concessão de Afastamento para Cursos de Pós-Graduação da Escola Técnica Federal de Palmas”, elaboradas com base na Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos e nas metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do *Campus* Palmas, visam à capacitação de docentes e de técnicos-administrativos nos níveis de pós-graduação, sem esquecer a formação contínua e qualificação de profissionais, que auxiliarão o estado do Tocantins a promover ações de desenvolvimento socioeconômico, mediante pesquisas





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

tecnológicas de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com as demandas contextualizadas dos setores comunitários, públicos e produtivos.

3.6 Corpo Discente

O *Campus* Palmas, do IFTO, possui em sua estrutura uma equipe voltada para dar assistência e orientação aos acadêmicos. Essa equipe é composta por quatro coordenações:

Cores – Coordenação de Registro Escolar;

Cotepe – Coordenação Técnico-Pedagógica;

Coordenação de Turnos;

Caes – Coordenação de Assistência ao Estudante e Servidor.

Desta equipe destacam-se: a Cotepe, com duas Orientadoras Educacionais e duas Técnicas em Assuntos Educacionais e uma Supervisora Educacional; e a Caes que conta com o apoio de profissionais da área de saúde como: enfermeiras, psicólogos, odontólogos e médicos, bem como seus respectivos consultórios para atendimento. Sendo que todos esses profissionais estão à disposição dos discentes.

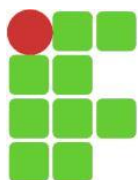
Os acadêmicos também recebem apoio à promoção de eventos internos e externos. São incentivados a participarem da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do *Campus* Palmas do IFTO. Esse evento também é aberto à comunidade externa se tornando também uma oportunidade de integração entre discentes e setor produtivo. Adicionalmente, procura-se informar e incentivar os acadêmicos à participação em eventos como congressos, seminários, etc, na esfera regional e nacional, como forma de conhecer as tecnologias e novidades do mercado.

4. INSTALAÇÕES FÍSICAS

4.1 Instalações físicas e recursos materiais da instituição de ensino

No subitem seguinte, encontra-se a relação das dependências do IFTO - *Campus* Palmas.

4.1.1 Espaço Físico Existente e/ou em Construção



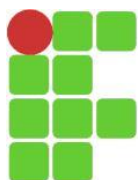
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

O *Campus* Palmas, do IFTO, oferece como ambientes acadêmicos essenciais mais de 40 salas de aula, 10 salas de apoio ao ensino, 1 biblioteca, 1 auditório, 1 refeitório, 4 miniauditórios e 40 laboratórios e oficinas, o que garante uma condição adequada ao desenvolvimento dos currículos, conforme tabela abaixo:

Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Sala de Diretorias, Coordenações e Administração	47	929,19
Sala de Professores	1	45,00
Sala de Informática para Professores	1	29,70
Consultório (Enfermagem, Médico e Odontológico)	3	30,00
Sala de Reunião	2	61,41
Hall de entrada	1	225,76
Recepção	1	328,36
Rednet	1	22,50
Sanitários	27	495,67
Pátio coberto/Lazer/Convivência	1	534,22
Cantina	1	33,45
Auditório Central	1	645,16
Mini auditórios	4	409,22
Biblioteca	1	361,00
Sala de aula	43	2.496,10
Sala de Vídeo	1	33,14
Sala de estudos individuais	1	67,42
Ginásio de Esportes	1	3.700,00
Quadras externas	2	2.166,00
Laboratórios	34	1.742,72
Sala de reprografia	1	15,00





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Dependências	Quantidade	Área (m ²)
Garagem	1	140,00
Almoxarifado	1	140,00
Depósito (Coordenação de Limpeza)	1	45,01

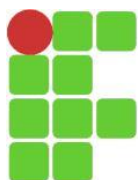
4.1.2 Outros Recursos Materiais

Neste décimo ano de funcionamento do IFTO, grandes conquistas foram alcançadas como a consolidação da implantação da infraestrutura física com obras que visaram à adaptação da Instituição para atendimento do público alvo crescente, como a construção de três novos blocos de sala de aula, o que representou um aumento significativo da área construída para esse fim; a aquisição de novos equipamentos melhorando assim os recursos materiais disponibilizados aos nossos servidores, a consolidação e o aumento da oferta dos cursos de formação profissional integrada ao ensino médio; o primeiro vestibular da instituição para os seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Indústria, Informática, Construção Civil e Gestão e a montagem dos laboratórios dos cursos para atendimento da nova demanda decorrente da implantação dos cursos superiores.

Enfim, além do atendimento das necessidades naturais de uma instituição de ensino em funcionamento, buscamos também realizar os investimentos necessários para uma escola em implantação e com apenas três anos de existência.

Relativo aos recursos materiais abaixo temos uma relação dos itens disponibilizados em nossa Instituição:

Recurso	Quantidade
Televisor Modelo 34’’	2
Televisor Modelo 29’’	12
Televisor Modelo 21’’	7
Aparelho de Som Mini System/Micro System	2
Aparelhagem de Som Mesa de som, amplificador, microfone e outro	1
Câmera Digital Câmera fotográfica digital	2





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Recurso	Quantidade
Filmadora Digital Câmera filmadora digital	2
Vídeo Cassete	10
Retroprojektor	20
Quadro Branco Quadro Branco fixados em sala de aula	72
Projektor Multimídia	10
Aparelho de DVD	9

4.1.3 Biblioteca

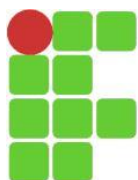
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas dispõe da Biblioteca João Paulo II que ocupa uma área de 361,00 m² com um acervo de 14.629 títulos distribuídos nas áreas de conhecimento de formação dos cursos oferecidos.

A biblioteca do *Campus* Palmas possui uma sala de estudos individuais, uma sala de leitura para estudo coletivo, climatizada e a sala do acervo, de livre acesso. A Biblioteca João Paulo II assina jornais locais, revistas nacionais, além de revistas específicas da área de Letras.

A biblioteca permite livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras e retirada de exemplares através do empréstimo informatizado. A biblioteca dispõe também de um sistema antifurto para segurança do patrimônio.

Os seguintes serviços são oferecidos pela biblioteca:

- Consulta on-line do acervo;
- Empréstimo domiciliar automatizado;
- Reserva;
- Renovação;
- Acesso à Internet;
- Pesquisa bibliográfica;
- Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos;
- Horário de funcionamento diário ininterrupto;



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



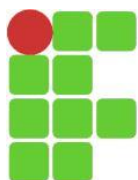
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- Rampa de acesso para pessoas com necessidades especiais.

A atualização do acervo é feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária disponível para compra de acervo bibliográfico, quando são comprados livros de acordo com a ementa do Curso, para dar suporte às aulas, às pesquisas e extensão executada pelo corpo docente. A solicitação é feita pelos professores junto às Coordenações que encaminham as requisições para a Coordenação da Biblioteca e posteriormente para a Diretoria de Administração e Planejamento. Encontra-se em fase de elaboração de projetos a instalação de uma nova biblioteca com mais de 2.500,00 m², ampliando o atendimento tanto para a comunidade interna como externa.

4.1.4 Serviços de Reprografia, Catalogação, Informação ao usuário, Informatização, Internet, Empréstimo, Recursos Audiovisuais e Outros

1. Serviços de reprografia: não há esse tipo de serviço na biblioteca, porém os acadêmicos têm o serviço ofertado por meio de empresa terceirizada no *Campus* do IFTO.
2. Catalogação: a descrição do livro é feita de acordo com as normas do AACR2, sendo seus dados inseridos no computador, gerando relatórios contendo sua descrição e classificação.
3. Classificação: utiliza-se o SCDD para a classificação por assunto e a tabela CUTTER para a notação de autor.
4. Informatização: O sistema de informatização utilizado é o Sistema AULA, que foi adquirido no final de 2004 e instalado em fevereiro de 2005.
5. Sistema de recuperação da informação: o acervo da biblioteca já cadastrado no Sistema Aula está disponível para pesquisa no site www.etfto.gov.br, o qual poderá ser consultado por autor, título e palavra-chave.
6. Internet: estão disponíveis aos alunos da Instituição 06 (seis) terminais de acesso à internet para pesquisas educativas.
7. Empréstimo: através do empréstimo informatizado, fornecemos ao usuário material bibliográfico para uso fora das dependências da biblioteca. Têm acesso a esse serviço os alunos, servidores técnico-administrativos e professores da Instituição.
8. Informação ao usuário: orientação aos usuários quanto à recuperação das informações do acervo, pesquisa bibliográfica, normalização bibliográfica, utilização dos serviços oferecidos, normas internas disciplinares e de funcionamento da biblioteca.
9. Recursos Audiovisuais: além de livros e periódicos a Biblioteca possui os seguintes recursos audiovisuais: CDs, DVDs, Mapas e Globos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

4.1.5 Horário de Funcionamento

A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, conforme quadro abaixo:

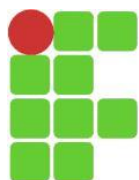
Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
7h30 às 22h	7h30 às 22h	7h30 às 22h	7h30 às 22h	7h30 às 22h	-	-

4.1.6 Política Institucional de Atualização do Acervo

A política adotada para atualização do acervo tem por objetivo oferecer suporte bibliográfico ao ensino, pesquisa e extensão executada pelo corpo docente dos cursos do *Campus Palmas*. A atualização do acervo é feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária da Instituição, onde são comprados livros de interesse de cada área, cujas solicitações são feitas pelos professores junto às Coordenações que encaminha requisições à Coordenação de Biblioteca para os procedimentos administrativos cabíveis. Em relação às doações, a Biblioteca adota uma seleção criteriosa para as obras doadas, os quais só são incorporados ao acervo após análise quanto à utilidade das mesmas.

4.1.7 Pessoal de Apoio

Nome	Cargo	Horário de trabalho
Rosana Maria Santos de Oliveira	Bibliotecária Concursado / 40h	segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h
Leontina da Cunha Nascimento	Bibliotecária Concursado / 30h	segunda a sexta-feira das 16h30 às 22h30
Daniela Moura Matos	Assistente Administrativo Concursado / 30h	segunda a sexta-feira das 13h30 às 19h30
Priscila Meneses Nemer	Assistente Administrativo Concursado / 30h	segunda a sexta-feira das 13h às 19h
Pedro Henrique Cabral de Araújo	Assistente Administrativo Concursado / 30h	segunda a sexta-feira das 16h às 22h





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Nome	Cargo	Horário de trabalho
Tallis Monteiro Gomes	Bolsista / 20h	segunda a sexta-feira das 8h às 12h
Andréa Alves Jorge	Bolsista / 20h	segunda a sexta-feira das 14h às 18h
João Renis R. da Costa	Bolsista / 20h	segunda a sexta-feira das 18h às 22h

4.1.8 INSTALAÇÕES DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O *Campus* Palmas, do IFTO, possui um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – Napne, com trabalho voltado especificamente às políticas de acessibilidade.

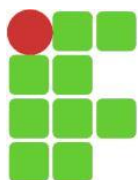
As instalações físicas do *Campus* possuem rampas, em sua grande maioria com corrimãos que permitem o acesso das pessoas com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição, assim como as salas de aula e laboratórios da instituição. Há reservas de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades da instituição, e banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, com barras de apoio nas paredes dos banheiros, nos boxes e em torno das cubas, além de lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas.

Existem também telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas, instalados junto à área de vivência, assim como telefones públicos adaptados às pessoas com deficiência auditiva, instalados junto à recepção e na sala do Napne.

4.2 Instalações especiais e laboratórios específicos

As instalações utilizadas pelo curso superior de Tecnologia em Gestão Pública são os Laboratórios de Informática. Os equipamentos que estão locados nos laboratórios de Informática são:

4.2.1 Instalações de Informática (laboratório de informática)

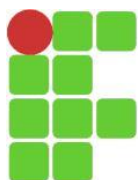




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Laboratório de Informática (n.º e/ou nome)		Área (m²)
1 – LABIN 01		50,72
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)		
Qtde.	Especificações	
20	Sistemas Operacionais: Windows2000 professional, FreeBSD, Linux Slackware 10.0 BR Office Turbo Delphi Adobe Acrobat Reader WinRar Microsoft Visio Devi-C++ Devi-Pascal DBDesign 4 Control Center Todos equipamentos ligados em rede, com acesso à Internet, serviço de impressão não disponibilizado, navegador usado de acordo com sistema operacional selecionado.	
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
20	Microcomputadores - Processador Pentium IV de 2.0 Ghz, disco rígido com capacidade de 40 GB, memória RAM 256 MB ou 512 MB, leitor de CD-Rom, monitor CRT de 15"; placa de rede 10/100 Mbps, drive 3 ½ de 1.44 Mb, teclado padrão ABNT, 104 teclas, mouse 2 botões.	

Laboratório de Informática (n.º e/ou nome)		Área (m²)
2 – LABIN 02		50,72
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)		
Qtde.	Especificações	
20	Sistemas Operacionais: Windows2000 professional, FreeBSD, Linux Slackware 10.0 BR Office Turbo Delphi Adobe Acrobat Reader WinRar Microsoft Visio Devi-C++ Devi-Pascal DBDesign 4 Control Center Todos equipamentos ligados em rede, com acesso à Internet, serviço de impressão não disponibilizado, navegador usado de acordo com sistema operacional selecionado.	
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
20	Microcomputadores - Processador Pentium IV de 2.0 Ghz, disco rígido com capacidade de 40 GB, memória RAM 256 MB ou 512 MB, leitor de CD-Rom, monitor CRT de 15"; placa de rede 10/100 Mbps, drive 3 ½ de 1.44 Mb, teclado padrão ABNT, 104 teclas, mouse 2 botões.	
Laboratório de Informática (nº e/ou nome)		Área (m²)
3 – LABIN 03		67,96
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)		



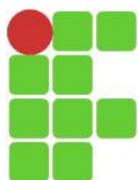


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Qtde.	Especificações
25	Sistemas Operacionais: Windows2000 professional, FreeBSD, Linux Slackware 10.0 BR Office Turbo Delphi Adobe Acrobat Reader WinRar Microsoft Visio Devi-C++ Devi-Pascal DBDesign 4 Control Center Todos equipamentos ligados em rede, com acesso à Internet, serviço de impressão não disponibilizado, navegador usado de acordo com sistema operacional selecionado.
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
25	Microcomputadores - Processador Pentium IV de 2.0 Ghz, disco rígido com capacidade de 40 GB, memória RAM 256 MB ou 512 MB, leitor de CD-Rom, monitor CRT de 15"; placa de rede 10/100 Mbps, drive 3 ½ de 1.44 Mb, teclado padrão ABNT, 104 teclas, mouse 2 botões.

Laboratório de Informática (n.º e/ou nome)		Área (m²)
4 – LABIN 04		67,96
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)		
Qtde.	Especificações	
25	Sistemas Operacionais: Windows2000 professional, FreeBSD, Linux Slackware 10.0 BR Office Turbo Delphi Adobe Acrobat Reader WinRar Microsoft Visio Devi-C++ Devi-Pascal DBDesign 4 Control Center Todos equipamentos ligados em rede, com acesso à Internet, serviço de impressão não disponibilizado, navegador usado de acordo com sistema operacional selecionado.	
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
25	Microcomputadores - Processador Pentium IV de 2.0 Ghz, disco rígido com capacidade de 40 GB, memória RAM 256 MB ou 512 MB, leitor de CD-Rom, monitor CRT de 15”; placa de rede 10/100 Mbps, drive 3 ½ de 1.44 Mb, teclado padrão ABNT, 104 teclas, mouse 2 botões.	

Laboratório de Informática (n.º e/ou nome)		Área (m²)
5 – LABIN 05		67,96
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)		
Qtde.	Especificações	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

25	Sistemas Operacionais: Windows2000 professional, FreeBSD, Linux Slackware 10.0 BR Office Turbo Delphi Adobe Acrobat Reader WinRar Microsoft Visio Devi-C++ Devi-Pascal DBDesign 4 Control Center Todos equipamentos ligados em rede, com acesso à Internet, serviço de impressão não disponibilizado, navegador usado de acordo com sistema operacional selecionado.
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
25	Microcomputadores - Processador Pentium IV de 2.0 Ghz, disco rígido com capacidade de 40 GB, memória RAM 256 MB ou 512 MB, leitor de CD-Rom, monitor CRT de 15"; placa de rede 10/100 Mbps, drive 3 ½ de 1.44 Mb, teclado padrão ABNT, 104 teclas, mouse 2 botões.

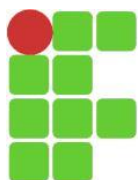
Laboratório de Informática (n.º e/ou nome)		Área (m²)
6 – LABIN 06		67,96
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)		
Qtde.	Especificações	
30	Sistemas Operacionais: Windows2000 professional, FreeBSD, Linux Slackware 10.0 BR Office Adobe Acrobat Reader WinRar Todos equipamentos ligados em rede, com acesso à Internet, serviço de impressão não disponibilizado, navegador usado de acordo com sistema operacional selecionado.	
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
30	Microcomputadores - Processador Pentium IV de 2.0 Ghz, disco rígido com capacidade de 40 GB, memória RAM 256 MB ou 512 MB, leitor de CD-Rom, monitor CRT de 15"; placa de rede 10/100 Mbps, drive 3 ½ de 1.44 Mb, teclado padrão ABNT, 104 teclas, mouse 2 botões.	

4.2.3 Instalações Laboratório Específico

O Laboratório de Gestão e Negócios é destinado às componentes específicas do curso. Será instalado no semestre de 2014/1 em espaço físico de 32 m².

Tal laboratório contará com 1 (um) servidor e será equipado com os seguintes itens:

- ☐ 5 bancadas (com 6 máquinas cada)
- ☐ 30 computadores
- ☐ 40 cadeiras
- ☐ 1 data show
- ☐ 2 Condicionadores de ar



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- ☐ 1 Quadro branco
- ☐ Instalação de rede de computadores (cabearamento, switch)
- ☐ mesa e cadeira para professor
- ☐ softwares específicos

4.2.4 Normas e Procedimentos de Segurança

Para utilização dos laboratórios de informática é necessário que todos os que frequentem os ambientes tomem conhecimento do Regulamento dos Laboratórios de Informática. Os Laboratórios da Unidade Sede do *Campus* Palmas que são administrados pela Coordenação dos Laboratórios de informática possuem equipamentos de segurança contra incêndio em seus corredores, e sistema de alarme em cada laboratório.

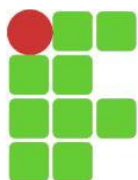
4.2.5 Política de Atualização de Equipamentos e Materiais

A atualização tecnológica é feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária da instituição, quando são comprados equipamentos de interesse da área para dar suporte às aulas, às pesquisas e às atividades de extensão executadas pelo corpo docente. Os materiais de consumo são comprados de acordo com as demandas das unidades curriculares ofertadas no curso.

A manutenção dos equipamentos é realizada de forma preventiva, através da Coordenação dos Laboratórios da Área de Gestão e Negócios, sendo realizada de acordo com o tipo de equipamento. A manutenção corretiva ocorre sempre que forem detectados problemas nos equipamentos, após a verificação e relato do responsável técnico do laboratório ou do coordenador do curso.

4.2.6 Plano de Manutenção de Equipamentos e Materiais

Os laboratórios de informática possuem um coordenador responsável, cuja principal atribuição é manter o adequado funcionamento dos laboratórios. Quando os laboratórios de informática utilizados pelo CST em Gestão Pública necessitam de equipamentos de hardware para reposição em caso de danificação, o coordenador dos laboratórios solicita ao almoxarifado, que possui periféricos e demais equipamentos para reposição.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

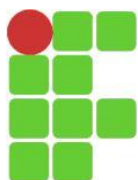
4.2.7 Pessoal de Apoio

Celso Vieira Viana: Laboratorista / 40h					
-	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	8h - 12h	8h - 12h	8h - 12h	8h - 12h	8h - 12h
Tarde	14h - 18h	14h - 18h	14h - 18h	14h - 18h	14h - 18h
Noite	-	-	-	-	-
Hugo Cavalcante Lima: Técnico de Tecnologia da Informação / 40h					
-	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	15h - 18h	15h - 18h	15h - 18h	15h - 18h	15h - 18h
Noite	18h - 23h	18h - 23h	18h - 23h	18h - 23h	18h - 23h
Edi-Rai Ferreira Moraes: Bolsista / 20h					
-	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	8h - 12h	8h - 12h	8h - 12h	8h - 12h	8h - 12h
Tarde	-	-	-	-	-
Noite	-	-	-	-	-
Rafaela Carneiro Lima Teixeira: Bolsista / 20h					
-	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	12h - 16h	12h - 16h	12h - 16h	12h - 16h	12h - 16h
Noite	-	-	-	-	-
Jonas Pereira da Silva: Bolsista / 20h					
-	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	14h - 18h	14h - 18h	14h - 18h	14h - 18h	14h - 18h
Noite	-	-	-	-	-
Aline Oliveira dos Reis: Bolsista / 20h					
-	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	-	-	-	-	-
Noite	18h - 22h	18h - 22h	18h - 22h	18h - 22h	18h - 22h

4.3 Certificados e diplomas

Os procedimentos relacionados ao Registro de Diplomas no âmbito do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) são definidos em Instrução Normativa aplicável aos Cursos de Superiores, sendo esta resultante de medida deliberativa das instâncias superiores do IFTO.

Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei n.º 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei n.º 11.892 de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, outubro de 2010.

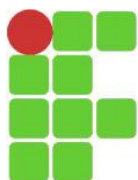
CONSELHO SUPERIOR. Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO. Palmas, 2013.

CONSELHO SUPERIOR. Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação Presenciais do IFTO. Palmas, 2011.

IFTO. Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação dos IFs. Palmas, 2012. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/connepi/layout.php?pagina=page/apresentacao.php>. Acessado em: DEZ/2013.

_____. Jornada de Iniciação Científica e Extensão do IFTO. Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação e Pró-reitoria de Extensão. Palmas, 2013.

_____. Programa de Iniciação Científica do IFTO. Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Palmas, 2013.

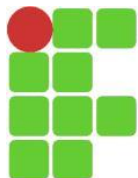




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Apêndice – Planos de Curso
1º PERÍODO

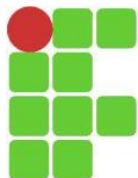
		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
Teoria Geral da Gestão Pública					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	
Professor(es) responsável(eis):					
Guilherme Bizarro Salve					
2 – EMENTA					
Composição Organizacional: conceitos básicos sobre estrutura organizacional e o processo de organização. As escolas/teorias da administração. O estudo do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle. Gestão por função e gestão por processos. Modelos de gestão pública.					
3 – COMPETÊNCIAS					
- Desenvolver conceitos básicos nos quais se ampara o funcionamento das organizações. - Compreender os modelos de gestão pública e aplicá-los na atividade profissional. - Compreender o conceito de Administração.					
4 – HABILIDADES					
- Identificar e utilizar os níveis hierárquicos da organização. - Identificar e analisar as funções que compõem o processo administrativo. - Utilizar os modelos de gestão pública para buscar a efetividade.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					
1. Conceitos de gestão 2. Administração Científica 3. Abordagem Clássica					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

4. Burocracia
5. Abordagem das Relações Humanas
6. Abordagem Comportamentalista
7. Abordagem de Sistêmica
8. Modelos de gestão pública
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As aulas serão ministradas por meio de diálogos expositivos com a utilização de data show e slides. Os estudantes serão estimulados a fazer pesquisas sobre assuntos relacionados as teorias da administração.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
ARAUJO, Luis César G. Teoria geral da administração . São Paulo: Atlas, 2004. CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital . São Paulo: Atlas, 2005.
○ – Complementar:



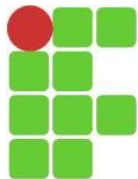


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

CHIAVENATO, I. **Administração nos Novos Tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
MEIRELES, Manuel. **Teorias da administração**. São Paulo: Futura, 2003.
MOTTA, F. C. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira, 2002.
PEREZ, M. A. **A administração pública democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular
Data: ____/____/____

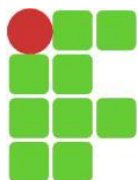
Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso
Data: ____/____/____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

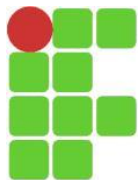
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:	Código unidade:
<i>História da Gestão Pública</i>	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
	<i>4</i>
Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>30</i>
Total de aulas:	<i>18</i>
Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>30</i>
CH Prática:	<i>0</i>
CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>
CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>
Professor(es) responsável(is):	
<i>Ana Carolina Nogueira Falcão</i>	
2 – EMENTA	
A administração das Civilizações Antigas: Suméria, Egito, Babilônia, China, Grécia, Roma e Os Hebreus; A Administração no Período Medieval; A Administração na Idade Moderna; 2 - Administração Pública brasileira; 3 - Reformas Administrativas brasileiras; 4 - Reforma do Estado para a Cidadania; 4.1. - Marco histórico: Crise e Reforma; 4.2. - Marco Teórico: Democracia e Eficiência; 4.3. – Reformas Administrativas no Brasil: Diagnóstico: As distorções; 4.4. – Reforma Gerencial no Brasil; 4.4.1 - Reforma Constitucional da Administração; 4.4.2 - Reestruturação e Qualidade; 4.4.3 - Agências Executivas; 4.4.4 - As Organizações Sociais; 4.4.5 – Reforma Gerencial na Saúde; 4.4.6 - A Nova Política de Recursos Humanos; 4.4.7 - Eliminação de Privilégios e Redução de Custos; 4.4.8 - Simplificação das compras e Terceirização; 4.4.9 - Uso da Tecnologia da Informação; 4.4.10 - Comunicação Institucional e Transparência; 4.4.11 - Outras Políticas e Projetos; 4.4.12 - Reforma da Previdência; 4.5.- Gestão Pública Brasileira no Século XXI.	
3 – COMPETÊNCIAS	
• Compreender os princípios que regem os fatos sociais e distinguir as formas de organização da sociedade em sistemas integrados. • Analisar o processo social e político com base em suas instituições fundamentais e das formas de interação de seus segmentos estruturais. • Analisar o comportamento do Estado e as relações deste com a sociedade civil.	
4 – HABILIDADES	
• Interferir com criticidade em Políticas Públicas. • Propor alternativas a projetos gestacionais	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	
A administração das Civilizações Antigas: Suméria, Egito, Babilônia, China, Grécia, Roma e Os Hebreus; A Administração no Período Medieval; A Administração na Idade Moderna. Administração Pública brasileira; Reformas Administrativas brasileiras; Reforma do Estado para a Cidadania; Marco histórico: Crise e Reforma; Marco Teórico: Democracia e Eficiência; Reformas Administrativas no Brasil: Diagnóstico: As distorções; Reforma Gerencial no Brasil; Reforma Constitucional da Administração. Reforma da Previdência. - Reestruturação e Qualidade; Agências Executivas; As Organizações Sociais; Reforma Gerencial na Saúde. A Nova Política de Recursos Humanos; Eliminação de Privilégios e Redução de Custos; Simplificação das compras e Terceirização; Uso da Tecnologia da Informação; Comunicação Institucional e Transparência. Gestão Pública Brasileira no Século XXI.	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
Prática Pedagógica Aula Expositiva e dialogada Palestra Discussão em grupo
7 – RECURSOS DIDÁTICOS <i>Quadro branco</i> <i>Data-show</i> <i>Notebook</i>
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica: BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da Política . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional . São Paulo: Ed. 34, 2002.
9.2 – Complementar: ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho . São Paulo: Cortez, 2005. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho . São Paulo: Bontempo, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. FAORO, Raymundo. Os donos do poder . Porto Alegre: Globo, 1975. TOMASI, Nelson (coord.) Iniciação à Sociologia . São Paulo: Atual, 2000.





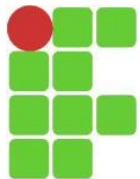
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Planejamento Governamental		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(is):

Luiz Toledo

2 – EMENTA

Ferramentas gerenciais segundo as teorias da administração. Administração Pública: noções gerais. Políticas Públicas. Planejamento governamental: conceitos e práticas. Planejamento Estratégico. Lei de Responsabilidade Fiscal: noções gerais. As aplicações da LRF no Planejamento Governamental. Planejamento e as práticas regionais. Planejamento Participativo. Controle interno e externo: noções básicas.

3 – COMPETÊNCIAS

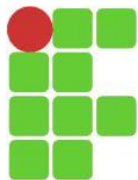
Ter noções de como o governo planeja suas ações para administrar os bens públicos em prol da coletividade. Entender e elaborar o planejamento público. Familiarizar-se com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Entender os princípios e as prerrogativas do Controle dos bens públicos.

4 – HABILIDADES

Identificar as nuances da administração pública em relação à iniciativa privada; entender a terminologia e filosofia do planejamento público; utilizar o planejamento como instrumento de controle dos atos públicos; buscar efetividade nos atos de gestão através do controle externo.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

Ferramentas gerenciais segundo as teorias da administração. Administração Pública: noções gerais. Políticas Públicas. Planejamento governamental: conceitos e práticas. Planejamento Estratégico. Lei de Responsabilidade Fiscal: noções gerais. As aplicações da LRF no Planejamento Governamental. Planejamento e as práticas regionais. Planejamento Participativo. Controle interno e externo: noções básicas.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

Aula Expositiva e dialogada. Estudos de Casos.

Palestra

Discussão em grupo

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco

Data-show

Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Planejamento Governamental Para Municípios**. São Paulo: Atlas, 2008.

BETTY MINDLIN. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

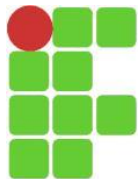
KON. Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

9.3 – Complementar:

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

FERREIRA, F.W. **Planejamento sim ou não**. São Paulo: Paz e terra, 2002.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 10 ed. Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2001.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

TOLEDO JUNIOR, Flavio C. de. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: NDJ, 2005.
VICCARI JUNIOR, Adauto. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. São Paulo: Atlas, 2006.

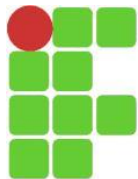
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Sociologia Política		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Carlos Eduardo Panosso

2 – EMENTA

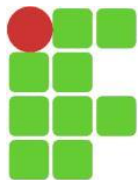
Conceitos introdutórios da sociologia geral e da sociologia política. O conceito de ciência, de sociologia, de política e de poder. A sociologia política no Brasil. Estado e sociedade no Brasil. A constituição do Estado Nacional e a sua consolidação. O Estado na República. Ditadura e democracia no Brasil republicano. Estado e desenvolvimento econômico no Brasil. A crise do Estado desenvolvimentista. Modalidades de organização de interesses. Contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.

3 – COMPETÊNCIAS

- Compreender as relações do ser humano com os processos produtivos;
- refletir sobre o sentido do trabalho e sua relação com a construção da identidade humana; analisar os impactos da Ciência e tecnologia nos processos de produtivos e no emprego;
- compreender a ação humana como uma construção referenciada as normas e ao ethos de cada época; desenvolver habilidades de relacionamento interpessoal.

4 – HABILIDADES

- Ler textos de diversas modalidades de modo significativo
- Elaborar por escrito os conhecimentos produzidos;
- Debater um assunto tomando posição a respeito defendendo um determinado ponto de vista;
- Interagir de modo solidário nas diversas atividades de aprendizagem.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

5 – BASES TECNOLÓGICAS

- Sociologia Política e Sociedade.
- Conhecimento e Sociologia;
- A formação histórica das Ciências Sociais;
- A sociologia clássica: o Positivismo de Auguste Comte; a Sociologia de Emile Durkheim; a contribuição de Max Weber; o pensamento de Karl Marx
- Indivíduo, Grupo e Estratificação Social: Instituições Sociais e Estratificação e Mobilidade Social
- Sociedade Contemporânea: Relativismo social e diversidade cultural, Sociedade do consumo e Meios de comunicação e cultura de massa
- Cultura, Poder, Ideologia e Organização: Cultura e organização, Poder e organização e Ideologia e organização
- Movimentos Sociais
- Trabalho e Capitalismo
- Contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários etc.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco

Data-show

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

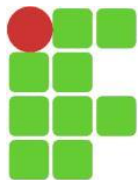
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia:** introdução a ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.
QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M L. OLIVEIRA, M.G. **Um toque de clássicos.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.
LAKATOS, E. e MARCONI, M. **Sociologia Geral.** São Paulo: Atlas, 2008.
SANTOS, Jose L. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

9.4 – Complementar:

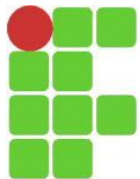
ARENDT, Hanna. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense, 2004.
DEL PRETTE, Zilda. **Psicologia das habilidades sociais.** Petrópolis: Vozes, 1999.
HOBSBAWM, E. **A Era das revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
OLIVEIRA, P. **Introdução a sociologia.** São Paulo: Ática, 2002.
OLIVEIRA, S. **Sociologia das Organizações.** São Paulo: Pioneira, 2002.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Metodologia Científica		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	30	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	30	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Vanessa David Domingos

2 – EMENTA

Estudo dos processos lógicos e as regras da lógica. Estudo de metodologia para compreensão de pesquisa científica. Estrutura básica do conhecimento humano. Etapas de projeto de pesquisa.

3 – COMPETÊNCIAS

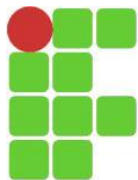
- Compreender a construção do conhecimento e seus níveis.
- Compreender os diferentes tipos de pesquisa científica.
- Conhecer e utilizar tipos de trabalhos científicos e confecção de projeto de pesquisa.

4 – HABILIDADES

- Elaborar trabalhos acadêmicos dentro das normas da ABNT;
- Elaborar projetos de pesquisa;
- Ter conhecimentos essenciais à leitura e crítica da realidade, a partir da elaboração de trabalhos científicos;
- Conhecer e compreender os métodos e metodologia empregada na investigação científica;
- Expressar formalmente os resultados da pesquisa dentro das normas vigentes do trabalho acadêmico;
- Aplicar os conhecimentos produzidos na realidade da gestão pública.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

Universidade e Ciência: O papel da ciência; O conhecimento e seus níveis; O papel da ciência; O conhecimento e seus níveis; Normas Técnicas: Citações; referências Bibliográficas e estrutura de trabalhos acadêmicos; O processo de investigação: Investigação Científica; Fontes e tipos de Pesquisa; Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa Documental; Pesquisa de Campo; Projeto de Pesquisa: Noções gerais; Estrutura; Apresentação de trabalhos acadêmicos.

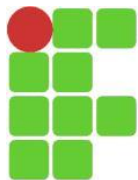


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários etc.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
ASSOCIACÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: citações. Rio de Janeiro, 2003. _____. NBR 6023: referências. Rio de Janeiro, 2002. _____. NBR 6028: resumos. Rio de Janeiro, 2003. _____. NBR 15287: projetos. Rio de Janeiro, 2011. _____. NBR 14724: monografias, dissertações, teses. Rio de Janeiro, 2011. BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa; monografia, dissertação, tese . São Paulo: Atlas, 2004. 160p. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico; procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório.... 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 219p.
9.5 – Complementar:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

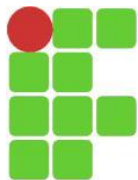
APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica; um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004. 300p.
BERTUCCI, J.L.O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2009.
CERVO, A. L. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice H., 2007.
DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica**. São Paulo: Avercamp, 2003. 68p.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Informática Aplicada		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	30	CH Prática:	0	CH Laboratório:	30
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Gerson Pesente Focking

2 – EMENTA

O computador: origem, funcionamento, componentes básicos. Tecnologia hardware: processadores, memória, dispositivos de E/S, redes de computadores. Sistemas distribuídos. Software: categorias, sistemas operacionais, linguagens de aplicação, aplicativos. Internet.

3 – COMPETÊNCIAS

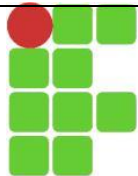
- Conhecer processadores de texto, planilhas de cálculo e softwares de apresentação.
- Identificar programas para uso específico.
- Conhecer aplicativos para apresentação de trabalhos.
- Conhecer conceitos de internet e suas aplicações.
- Conhecer os gerenciadores de arquivos.

4 – HABILIDADES

- Elaborar relatórios, textos, planilhas, formulários, esquemas e gráficos utilizando sistemas computacionais.
- Aplicar softwares específicos.
- Desenvolver pesquisas pela internet.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

Sistema Operacional;
 Gerenciador de arquivos;
 Editor de Textos;
 Planilha de Cálculo;
 Software de Apresentação;
 Internet.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

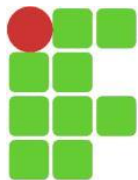
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários e aulas práticas no laboratório de Informática.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
SAWAYA, Marcia Regina. Dicionário de Informática e internet . São Paulo: Nobel, 1999. MANZANO, André Luiz. Estudo Dirigido de Informática Básica . São Paulo: Érica, 2003. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática . Rio de Janeiro: Campus, 2004.
9.6 – Complementar:
CORNACHIONE JR, Edgard B. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia . São Paulo: Atlas, 2001. ALMEIDA, Marcus Garcia. Fundamentos da Informática . Rio de Janeiro: Brasport, 2002.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____



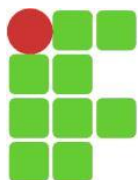
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

2º PERÍODO

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:		CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico
Unidade Curricular:			Código unidade:		
Auditoria Pública					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	30	CH Prática:	30	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:		CH Orientação de Estágio:			0
Professor(es) responsável(eis):					
Anna Paula Soares Rodrigues Araújo					
2 – EMENTA					
Controle na administração pública. Auditoria Interna e Externa. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na constituição de 1988; Controle Externo; Controle Interno;					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Compreender o conceito de auditoria e controle Interno e controle externo dentro da administração pública; • Entender e interpretar as Normas de Auditorias aplicadas ao setor público; • Compreender o papel e a importância do controle externo e controle interno na gestão pública transparente; • Dominar as ferramentas de avaliação dos processos de gestão operacional das entidades públicas.					
4 – HABILIDADES					
• Aplicar os conceitos de controle dos recursos públicos; • Identificar as diferentes funções constitucionais atribuídas ao controle interno e externo na administração pública; • Realizar avaliação de processos operacionais internos no âmbito de entidades públicas; • Aplicar conhecimento para o planejamento e organização da gestão pública a partir de informação analisadas por meio de avaliação dos processos operacionais das entidades públicas.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. Controle na administração pública: classificação das formas de controle (controle interno, externo, prévio, concomitante, subsequente ou corretivo, de legalidade ou legitimidade, de mérito); 2. Auditoria Interna e Externa: Entidade Pública e Privada. 3. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na constituição de 1988: Atribuições dos tribunais de contas. 4. Controle Externo: Conceitos, o papel do TCU (suas competências e atribuições constitucionais e legais), relacionamento do TCU com o Congresso Nacional, Apresentação das Normas e do Manual de Auditoria do TCU. 5. Controle Interno: Conceito; o papel constitucional e legal do Sistema de Controle Interno; IN SFC/MF nº 01, de 06.04.2001 e alterações.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdos de forma oral com explicações e exemplificações correlacionadas à prática de planejamento e execução orçamentária; realização de exercícios; proposta de realização e apresentação de atividades/trabalhos sobre análise prática de Orçamentos públicos e aplicação da LRF.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações e a prática do conhecimento desenvolvido na disciplina) e atividades individuais. O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

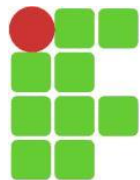
9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

Boletim do Tribunal de contas da União: Normas de Auditoria Pública. v. 1, n. 1 (1982) – Ano XLIV nº 12. Brasília: TCU, 2011.
Boletim do Tribunal de contas da União: Manual de Auditoria Operacional. v. 1, n. 1 (1968) – Ano XLIII nº 4. Brasília: TCU, 2010.
SILVA, Moacir Marques da. **Curso de Auditoria Governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública Aprovadas pela INTOSAI**. 2. Ed. Atlas, 2012.
Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. ; IN SFC/MF nº 01, de 06.04.2001. Brasília: CGU, 2001.
SILVA, Marcos. **Controle Interno e Controle Externo**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2011.

9.2 – Complementar:

JUND, Sergio. **Auditoria**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
FERREIRA, Ricardo J. **Manual de Auditoria**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

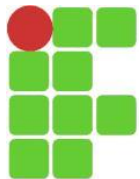
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

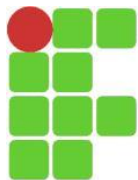


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

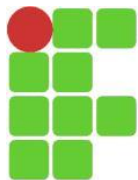
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>	Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>		
Unidade Curricular:		Código unidade:			
<i>Estatística Básica</i>					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>60</i>	Total de aulas:	<i>18</i>	Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>60</i>	CH Prática:	<i>60</i>	CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>		CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>	
Professor(es) responsável(eis):					
<i>César de Oliveira Zica</i>					
2 – EMENTA					
1. Revisão de matemática básica, arredondamento, gráficos de funções; 2. Conceitos de Estatística e sua aplicação prática; 3. Método Estatístico, população e amostra; amostragem; 4. Séries Estatísticas; 5. Gráficos Estatísticos; 6. Tabela primitiva rol; 7. Distribuição de frequência; 8. Elementos da distribuição de frequência; 9. Números de classes e amplitude dos intervalos; 10. Representação gráfica de uma distribuição; 11. Elementos típicos da distribuição; 12. Média Aritmética; 13. Moda; 14. Mediana; 15. Posição relativa da moda, da média, e da mediana; 16. Quartis; 17. Percenti; 18. Medidas de Dispersão; 19. Medidas de Assimetria; 20. Medidas de Curtose; 21. Noções sobre Probabilidade; 22. Teste de Hipóteses.					
3 – COMPETÊNCIAS					
Desenvolvimento de competências e habilidades que abordem as diversas áreas da pesquisa em Gestão pública possibilitando as considerações sobre análise de dados e suas interpretações; tratamento de informações numéricas e aplicação dos testes de hipóteses.					
4 – HABILIDADES					
Analisar, interpretar e aplicar os recursos da estatística em dados ou informações que possibilitem a correta tomada de decisões nas políticas públicas.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					
Considerações sobre a estatística e suas aplicações. A interpretação de resultados numéricos, as tendências e projeções de dados.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
Apresentação de conteúdos de forma oral com explicações e exemplificações correlacionadas à prática discursiva; realização de exercícios e leituras de textos; tratamento de dados; proposta de realização e apresentação de atividades de pesquisa e trabalhos científicos e seminários, com enfoque no tratamento de dados estatísticos.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) No acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; b) Nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetiva e efetiva aprendizagem; c) Seminários (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (pesquisas, relatórios, etc.) os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um); O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão proporcional entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações a serem registradas no Sistema-Aula: AV01 e AV02.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridas leituras e execução de trabalhos para melhoria da assimilação do conteúdo por parte do aluno e consequente melhoria de sua nota.
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem frequência mínima de 75% e nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação por meio de prova escrita.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil . São Paulo: Saraiva, 2003. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica . São Paulo: Atlas, 1995. VIEIRA, Sonia. Princípios de estatística . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
9.7 – Complementar:
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . São Paulo: Atlas, 1996. SPIEGEL, M. R. Probabilidade e estatística . Rio de Janeiro: LTC, 2006. DOWINING, D. Estatística aplicada . São Paulo: Saraiva, 2010. MARTINS, G. A. Estatística geral e aplicada . São Paulo: Atlas, 2006. BUSSAB, W. O. Estatística básica . São Paulo: Saraiva, 2009.

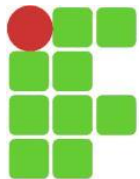




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular
Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso
Data: ____/ ____/ ____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	60	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Ana Carolina Nogueira Falcão

2 – EMENTA

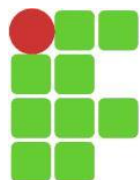
Conceitos de empreendedorismo e auto-avaliação; As características do empreendedor: liderança, atualização, visão de organização, senso de oportunidade, persistência; Criatividade, visão e oportunidades; Busca de informações para pesquisa de mercado; O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade; trabalho e consumo; inovação como fator diferencial: inovação do produto, inovação de serviço, inovação tecnológica; Intraempreendedorismo, empreendedorismo social e empreendedorismo start up; Plano de negócio. Identificar oportunidade de negócio. Conhecer: mercados consumidores, concorrentes e fornecedores. Planejamento mercadológico; Métodos e técnicas em fontes impressas ou disponíveis por outros meios de pesquisa de campo; Elaboração da FOFA/SWOT. Sistema de pesquisa de mercado e Fórmulas aplicadas ao estudo econômico e de mercado; Processos de coleta de dados econômicos e de mercado; Elaboração de relatórios sobre os resultados dos testes, envolvendo avaliação de novas tecnologias; Elaboração de plano de negócio.

3 – COMPETÊNCIAS

- Compreender o movimento empreendedor e suas perspectivas.
- Empreendedor interno dentro de organizações.
- Construir possibilidades de crescimento pessoal e diferenciação em meio à grande concorrência
- dentro da gestão pública;
- Analisar e interpretar as necessidades do mercado para desenvolvimento regional
- Aplicar projetos para constituição de mudanças organizacionais

4 – HABILIDADES

- Dominar os principais conceitos sobre Empreendedorismo, perfil, origens, formas de trabalho.
- Identificar as principais características de um empreendedor.
- Analisar as ideias relacionadas com a criação de negócio, baseada em critérios objetivos e empresariais.
-



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

- Desenvolver um plano de negócios e analisar a sua viabilidade.
- Pesquisar e identificar mercados potenciais.
- Buscar parcerias que agreguem valor ao desenvolvimento regional.
- Analisar concorrência.
- Identificar pontos fortes e fracos de planos de negócios.

Escolher e aplicar técnicas e ferramentas administrativas na prevenção e solução de problema.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

Conceitos de empreendedorismo e auto-avaliação; As características do empreendedor: liderança, atualização, visão de organização, senso de oportunidade, persistência; Criatividade, visão e oportunidades. O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade. Busca de informações para pesquisa de mercado; O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade; inovação como fator diferencial: inovação do produto, inovação de serviço, inovação tecnológica; Intraempreendedorismo, empreendedorismo social e empreendedorismo start up. Plano de negócio. Identificar oportunidade de negócio. Conhecer: mercados consumidores, concorrentes e fornecedores. Planejamento mercadológico; Métodos e técnicas em fontes impressas ou disponíveis por outros meios de pesquisa de campo; Elaboração da FOFA/SWOT. - Sistema de pesquisa de mercado e Fórmulas aplicadas ao estudo econômico e de mercado; Processos de coleta de dados econômicos e de mercado; Elaboração de relatórios sobre os resultados dos testes, envolvendo avaliação de novas tecnologias; Elaboração de plano de negócio.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco; *Data-show*; *Softwares*

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

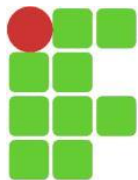
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo; transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 299p.
HISRIC, Robert D.; PETERS, Michael P.. **Empreendedorismo**. 5. ed. Tradução: RIBEIRO, Lene Belon. Porto Alegre: Bookman, 2004. 592p.
MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 208p.

9.8 – Complementar:

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo; como ser empreendedor, inovar e se diferenciar....** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 183p.
HAGUE, Paul; Jackson, Peter; Pimentel, Luzia Roxo, **Faça sua própria pesquisa de mercado**. Editora(s) Nobel, [1997].
Instituto Euvaldo Lodi.; Confederação Nacional da Indústria., **Empreendedorismo : ciência, técnica e arte**. Editora(s) IEL, [2000].
NASOJAN, C. et al. **Administração empreendedora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social**. Rio de Janeiro: Qualimark, 2002.

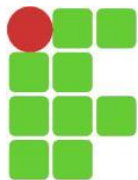
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____

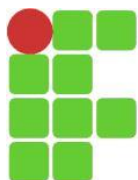


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

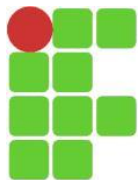
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA TOCANTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS				
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>	Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>		
Unidade Curricular:	Código unidade:				
<i>Tecnologia da Informação aplicada à Gestão Pública</i>					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	40	CH Prática:	20	CH Laboratório:	20
Pré-requisitos:		CH Orientação de Estágio:	0		
Professor(es) responsável(eis):					
<i>Paula Karini Dias Ferreira Amorim</i>					
2 – EMENTA					
Tecnologia da Informação: conceito e abrangência organizacional. Infraestrutura da TI: hardware; software; gerenciamento de dado e informação; telecomunicações e redes; Internet, intranet e extranet. Planejamento da TI. Sistemas de informações e aplicações na organização: SPT, SIG, SAD, BI, ERP, CRM, e-business. Introdução à gestão do conhecimento. Tendências da TI. Portais eletrônicos. Inclusão digital. Governo Eletrônico. Mídias Sociais.					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Conhecer os modelos e as funções da Tecnologia da Informação. • Identificar e classificar os tipos de tecnologias e compreender o papel e a importância para as instituições públicas. • Compreender o processo de formação, armazenamento e compartilhamento das informações visando a tomada de decisões. • Identificar e reconhecer as diretrizes do planejamento estratégico de informática aplicáveis à gestão das instituições públicas.					
4 – HABILIDADES					
• Utilizar o computador como ferramenta de manipulação, armazenamento e compartilhamento de dados públicos. • Saber usar técnicas básicas de sistemas de informação para a tomada de decisão na área de Gestão Pública. • Identificar as premissas dos projetos de apropriação da TI pelos governos.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					
Tecnologia da Informação e Sistemas de Informação; Dimensões dos Sistemas de Informação. O Papel dos SI no governo;					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Sistemas que abrangem toda a empresa ERP, CRM e SCM; Business intelligence, e-commerce e e-government; Inclusão digital; Direcionadores do Uso de Tecnologia da Informação; Inclusão digital; Direcionadores do Uso de Tecnologia da Informação; Benefícios do Uso de Tecnologia da Informação; Governança de Tecnologia da Informação.
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
ALBERTIN, A. Tecnologia da Informação e desempenho empresa . São Paulo: Atlas, 2005. LAUDON, K. LAUDON J. Sistemas de Informação Gerenciais . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. SILVA, Arídio. Sistemas de Informação na Administração Pública . Rio de Janeiro: Revan, 2004.
9.9 – Complementar:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

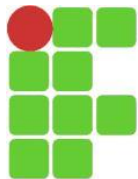
CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
TELLES, A. **A revolução das mídias sociais: estratégias de marketing digital para você e sua empresa terem sucesso nas mídias sociais**. Rio de Janeiro: Makronbooks, 2010.
TURBAN, Efraim. **Administração da Tecnologia da Informação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
PHILLIPS, Joseph. **Gerência de Projetos de Tecnologia da Informação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>	
Unidade Curricular:	<i>Estado, Política e Governo</i>		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>60</i>	Total de aulas:	<i>18</i>	Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>60</i>	CH Prática:	<i>0</i>	CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>		CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>	

Professor(es) responsável(eis):

Carlos Eduardo Panosso e Romeu Feix

2 – EMENTA

Evolução Histórica do Pensamento Político. Clássicos da Ciência Política. Sociedade Civil e Sociedade Política. Teoria do Poder. Movimentos Sociais. Participação. Estado: origem, histórico e teorias. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. Elementos do Estado. Regimes de Governo e Democracia. Formas de Governo e de Estado. Federalismo. Sistemas Econômicos do Estado Contemporâneo. Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.

3 – COMPETÊNCIAS

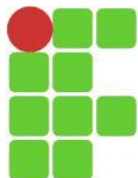
Conhecer a arquitetura institucional do Estado moderno; Identificar o tipo ideal e as patologias das instituições públicas; Saber as teorias da gênese e evolução do Estado; Entender as diversas correntes sociológicas que explicam a Estado; Conhecer o desenho institucional do Estado Democrático; Compreender as formas de Estado e os Sistemas de governo; Conhecer as teorias da gênese das instituições democráticas; Explicar a invenção do Estado Democrático de Direito; Acessar os conceitos fundamentais da teoria do Estado; Dominar corretamente as ferramentas teóricas da Ciência Política; Conhecer as teorias da competição pelo poder político; Entender a dinâmica da luta pelo poder político.

4 – HABILIDADES

Analisar o papel do Estado contemporâneo frente às novas demandas provocadas pelo conflito sociedade/mercado.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

As temáticas fundamentais da Ciência Política e a Política como objeto do conhecimento; Origem Natural da Sociedade: o estado de natureza; Evolução Histórica do Pensamento Político; Pensadores clássicos da Ciência Política: Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau; Montesquieu e a divisão dos poderes; Os Federalistas; O Poder Social; Características do Poder Social; As Sociedades Políticas; Diferenciação das Sociedades quanto aos Fins; Sociedades de Fins Políticos; Origem e Formação do Estado; Origem Histórica do Estado; Causas da Formação dos Estados; Evolução Histórica do Estado; Elementos Essenciais do Estado: Soberania; Território; Povo; Finalidade e Funções do Estado: A Finalidade como Elemento Essencial. O Poder do Estado; Características do Poder do Estado; Conceito de Estado; Estado e Sociedade; Esfera Pública e Esfera Privada; A tradição do Pensamento Político: ideologias Sistemas de Governo. Contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena e africana.

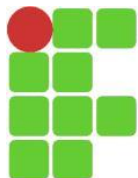


Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado . 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. WEFFORT, Francisco C. (Org.) Clássicos da política . São Paulo: Ática, 2002-2004. 2.v.
9.10 – Complementar:
BONAVIDES, Paulo. Ciência política . 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. CHÂTELET, François. História das idéias políticas . Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. GUIMARÃES, Aquiles Cortês. Pequena introdução a filosofia política : a questão dos fundamentos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000. HOBBES, Thomas. Do cidadão . Tradução Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do Estado . Tradução Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. LOCKE, John. Segundo tratado sobre governo civil . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. MALUF, Sahid. Teoria geral do estado . 26. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Espírito das leis : as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

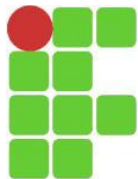
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

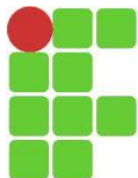




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

3º PERÍODO

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
<i>Orçamento Público</i>					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>60</i>	Total de aulas:	<i>18</i>	Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>50</i>	CH Prática:	<i>10</i>	CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:			CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>	
Professor(es) responsável(eis):					
<i>Anna Paula Soares Rodrigues Araújo</i>					
2 – EMENTA					
Orçamento público: conceitos e princípios. Técnicas Orçamentárias. Ciclo orçamentário. Processo de planejamento orçamentário. Receita e despesa orçamentária. Créditos adicionais. Descentralização de créditos. Dívida ativa. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Compreender princípios que regem o orçamento público no Brasil, bem como as técnicas orçamentárias; • Dominar os fundamentos do processo de planejamento orçamentário na administração pública; • Dominar os fundamentos da matemática básica e cálculo; • Compreender os fundamentos da Lei nº 101/00 (LRF) aplicada a gestão pública; • Entender a importância do ciclo orçamentário para o desenvolvimento da administração pública.					
4 – HABILIDADES					
• Aplicar princípios do orçamento público no Brasil; • Utilizar ferramentas de gestão no processo de planejamento orçamentário; • Identificar as Receitas e Despesas públicas dentro das diversas classificações capazes de auxiliar o gestor na tomada de decisão. • Identificar as diversas fontes de recursos para cobertura de créditos adicionais; • Aplicar os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão responsável dos recursos públicos; • Identificar as formas possíveis de descentralização de crédito orçamentário e financeiro dentro da administração pública.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

5 – BASES TECNOLÓGICAS

1. Orçamento público: conceitos, diretrizes e princípios orçamentários. 2. Técnicas Orçamentárias: Orçamento Clássico ou Tradicional, Orçamento a Base Zero ou Estratégia e Orçamento-Programa. 3. Ciclo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e avaliação. 4. Processo de planejamento orçamentário: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 5. Receita e despesa orçamentária: conceituação, classificação e estágios da receita e despesa orçamentária; Restos a pagar; Despesa de exercícios anteriores; Suprimento de fundos (regime de adiantamento). 6. Créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários. 7. Descentralização de créditos: descentralização orçamentária e descentralização financeira. 8. Dívida ativa. 9. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): Previsão constitucional, abrangência, Receita Corrente Líquida, LRF e LDO, LRF e LOA, Execução Orçamentária (art. 8º e art. 13), Cumprimento de Metas e Resultado, Previsão e Arrecadação de Receitas, Renúncia de Receita, Geração de Despesa, Despesas Obrigatórias de caráter continuado, Despesas com Pessoal, Transparência da Gestão Fiscal, RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária, RGF - Relatório de Gestão Fiscal, Fiscalização da gestão fiscal, Dívida e Endividamento, Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito (Condições para contratação das operações de crédito).

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdos de forma oral com explicações e exemplificações correlacionadas à prática de planejamento e execução orçamentária; realização de exercícios; proposta de realização e apresentação de atividades/trabalhos sobre análise prática de Orçamentos públicos e aplicação da LRF.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, *Data-show* e vídeos

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

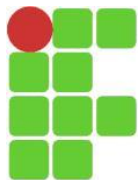
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

BEZERRA FILHO, José Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2012.
CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
FIGUEREDO, Carlos Maurício; NOBREGA, Marcos. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

9.2 – Complementar:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
GIACOMINI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
JUNIOR GAMA, Fernando Lima. **Fundamentos de Orçamento Público e Direito Financeiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Estefania Gonçalves: Brasília, 2009.

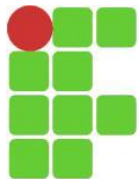
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>	
Unidade Curricular:	<i>Finanças Públicas</i>		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>60</i>	Total de aulas:		Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>50</i>	CH Prática:	<i>10</i>	CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:			CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>	

Professor(es) responsável(eis):

Joseane Ribeiro de Menezes Granja Junior

2 – EMENTA

1. Algumas Características do setor público: Adm. Direta e Adm. Indireta; 1.1 Os efeitos da Constituição Federal de 1988 sobre as finanças públicas Brasileiras; 1.2 O papel do Estado de acordo com a economia clássica e a economia Keynesiana; 2. Teoria das Finanças Públicas: as falhas de mercado; Os objetivos da política fiscal e as Funções de Governo: Função Alocativa, distributiva, Estabilizadora; Teoria da Tributação; Gastos Públicos. 3. Princípios Teóricos de um Sistema Tributário: Princípios de Natureza Administrativa e Econômico-social, Classificação dos tributos, Incidência, Destinação Orçamentária; 4. A política fiscal: Eficácia e Financiamento de Déficit público a partir da política fiscal; 5. Interação da política fiscal com outros instrumentos: Política Cambial e Política Monetária; 6. Sistema Tributário Brasileiro. 7. Federalismo Fiscal. 8. Finanças Públicas no Brasil: de 1960 a Fase de Estabilização.

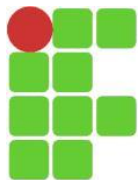
3 – COMPETÊNCIAS

- Compreender o conceito de Finanças Públicas;
- Entender o funcionamento das políticas monetárias e fiscais;
- Dominar os fundamentos Teorias Econômicas relacionadas à finanças públicas;
- Compreender a estrutura do sistema de financiamento de gastos públicos, sistema tributário nacional;
- Dominar as técnicas de análise das Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

4 – HABILIDADES

- Identificar os problemas relacionados as finanças públicas para propor melhorias nas políticas fiscais;
- Realizar Análise de mercado com vistas a identificar problemas nas políticas fiscal e monetária;
- Desenvolver políticas públicas para solução de problemas relacionados a falhas de mercado;
- Planejar e organizar as finanças públicas a partir de informações fornecidas pelos sistemas administrativos implantados no Brasil a partir de 1960.

5 – BASES TECNOLÓGICAS



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. Algumas Características do setor público: Adm. Direta e Adm. Indireta; 1.1 Os efeitos da Constituição Federal de 1988 sobre as finanças públicas Brasileiras; 1.2 O papel do Estado de acordo com a economia clássica e a economia Keynesiana; 2. Teoria das Finanças Públicas: as falhas de mercado; Os objetivos da política fiscal e as Funções de Governo: Função Alocativa, distributiva, Estabilizadora; Teoria da Tributação; Gastos Públicos. 3. Princípios Teóricos de um Sistema Tributário: Princípios de Natureza Administrativa e Econômico-social, Classificação dos tributos, Incidência, Destinação Orçamentária; 4. A política fiscal: Eficácia e Financiamento de Déficit público a partir da política fiscal; 5. Interação da política fiscal com outros instrumentos: Política Cambial e Política Monetária; 6. Sistema Tributário Brasileiro. 7. Federalismo Fiscal. 8. Finanças Públicas no Brasil: de 1960 a Fase de Estabilização.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdos de forma oral com explicações e exemplificações correlacionadas à prática de gestão financeira; realização de exercícios; proposta de realização e apresentação de atividades/trabalhos de análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

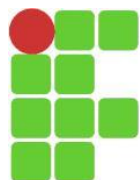
9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
RESENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
MATIAS-PEREIRA, José. **FINANÇAS PÚBLICAS: Foco na Política Fiscal, no Planejamento e Orçamento Público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual da Gestão Pública**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Finanças Públicas para Concursos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

9.11 – Complementar:

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
GIACOMINI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. Atlas, 2012.
LOPES, Luiz Martins. **Manual de macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2010.
MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - SUPLEMENTO**. Brasília: Estefania Gonçalves, 2012.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Finanças Públicas Aplicadas**. Vestcon, 2007.

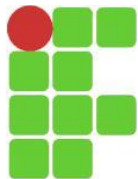
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Gestão Ambiental e Sustentável		Código unidade:		
Ano /Semestre:	2013/1	Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	30	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	30	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Joseane Ribeiro de Menezes Granja Junior

2 – EMENTA

Responsabilidade ambiental. Preservação ambiental. Educação ambiental. Meio ambiente e a evolução histórica das questões ambientais; Protocolo de Kyoto, Créditos de Carbono; Mudanças Climáticas; Sistema ambiental público x sistema ambiental privado; Recursos naturais; Legislação ambiental; Gestão ambiental no Brasil: o processo decisório na política ambiental; Instrumentos de gestão ambiental; Gerenciamento de projetos ambientais.

3 – COMPETÊNCIAS

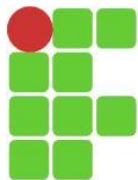
Proporcionar conhecimento sobre o meio ambiente e a sua sustentabilidade, legislação ambiental e a gestão de sistemas ambientais privados e públicos.

4 – HABILIDADES

Elaborar e implantar políticas públicas de gestão dos recursos naturais.
Compreender as relações conflituosas entre a conservação e a utilização dos recursos naturais.
Coordenar equipes para a elaboração de planos de uso e manejo dos recursos naturais.
Conhecer as bases legais para exploração e conservação dos recursos naturais.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

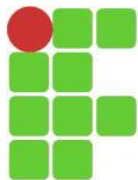
Meio ambiente e a evolução histórica das questões ambientais; Protocolo de Kyoto, Créditos de Carbono; Mudanças Climáticas; Sistema ambiental público x sistema ambiental privado; Recursos naturais; Legislação ambiental; Gestão ambiental no Brasil: o processo decisório na política ambiental; Instrumentos de gestão ambiental; Gerenciamento de projetos ambientais.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
BARBIERI, J C. Desenvolvimento e meio ambiente . Petrópolis: Vozes, 2005. SEIFFERT, M E B. Gestão ambiental . São Paulo: Atlas, 2009. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social . São Paulo: Atlas, 2006.
9.12 – Complementar:
DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental . São Paulo: Atlas, 2006. MAY, Peter H. Economia do meio ambiente . Rio de Janeiro: Campus, 2003. SANTOS, L M Moreira dos. Avaliação ambiental de processos industriais . Ouro Preto: ETFOP, 2002. THOMAS, J M. Economia ambiental . São Paulo: Cengage Learning, 2010.

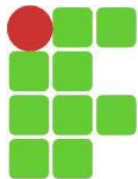




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular
Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa
Coordenador (a) do Curso
Data: ____/ ____/ ____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública			Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Marketing Público e Político			Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio	
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:		1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0	
Pré-requisitos:				CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Ana Carolina Nogueira Falcão

2 – EMENTA

O que é o marketing; o marketing no mundo moderno; os 4 Os do marketing; comportamento do consumidor e segmentação de mercado; Diagnóstico Político Eleitoral: Rápido, Claro, Objetivo e Eficiente do Quadro Político Local (Cenário Competitivo), das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Tendências. Análise das Linhas/Conceitos de Comunicação Utilizadas na Campanha, Novos Conceitos e Direcionamentos. Análise do Cenário Competitivo. Análise do Material Produzido/Conceitos e Caminhos Formulados/Produzidos Recomendações Políticas, de Comunicação e Realização/Ações; pesquisa eleitoral.

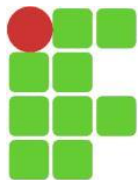
3 – COMPETÊNCIAS

- Conhecer o uso do marketing;
- Utilizar as ferramentas do marketing durante a vida pública;
- Conhecer os princípios de uma campanha política;
- Entender o uso da pesquisa durante a vida pública;
- Saber trabalhar a comunicação com o público em geral.

4 – HABILIDADES

Reconhecer, no setor público, um produto, saber precifá-lo, saber utilizar as ferramentas de comunicação e o público a ser alcançado; mapear o comportamento ou público a cada estratégia empregada. Elaborar um plano de pesquisa e colocar em prática o plano elaborado; reconhecer as formas de propaganda e aplicá-las, conforme determinação legal.

5 – BASES TECNOLÓGICAS



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

O que é o marketing; o marketing no mundo moderno; os 4 Os do marketing; comportamento do consumidor e segmentação de mercado; Diagnóstico Político Eleitoral: Rápido, Claro, Objetivo e Eficiente do Quadro Político Local (Cenário Competitivo), das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Tendências. Análise das Linhas/Conceitos de Comunicação Utilizadas na Campanha, Novos Conceitos e Direcionamentos. Análise do Cenário Competitivo. Análise do Material Produzido/Conceitos e Caminhos Formulados/Produzidos Recomendações Políticas, de Comunicação e Realização/Ações; pesquisa eleitoral.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco

Data-show

Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

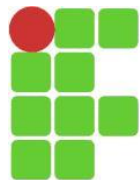
9.1 – Básica:

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing no setor público**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 350p.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 750p.

MCDONALD, Malcolm. **Planos de marketing: planejamento e gestão estratégica**. Tradução: MARQUES, Arlete Simille. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 550p.

9.2 – Complementar:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

AMARAL, Roberto; CUNHA, Sergio. **Manual das eleições: comentários à Lei nº 9.504/97 e à Lei Complementar nº 64/90**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
COBRA, M. **Marketing básico**. São Paulo: Atlas, 1991.
DIMENSTEIN, Gilberto. **Como não ser enganado nas eleições**. 4. ed., São Paulo: Ática, 2000.
McCarthy, E. J.. **Marketing**. Rio de Janeiro: Campus, 1982, 520 p.
KOTLER, P. **Marketing para organizações que não visam lucro**. São Paulo: Atlas, 1988.

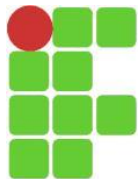
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS**

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>	
Unidade Curricular:	<i>Elaboração e Gestão de Projetos Públicos</i>		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>30</i>	Total de aulas:	<i>18</i>	Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>20</i>	CH Prática:	<i>10</i>	CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:			CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>	

Professor(es) responsável(eis):

Ana Jaimile Cunha

2 – EMENTA

Conceitos Gerais de Projetos. Tipologias dos Projetos. Projetos de Pesquisa Básica e Aplicada. Projetos Públicos e Parcerias Público –Privado. Projetos de Estudo de Viabilidade Técnica de Empreendimentos; Ciclo de Vida dos Projetos; Gerenciamento de Projetos; Gerenciamento do Escopo de Projetos; Gerenciamento de Equipes de Projetos; Gerenciamento dos Recursos e Custos dos Projetos; Gerenciamento do Tempo e Atividades dos Projetos; Gerenciamento dos Riscos dos Projetos; Gerenciamento da qualidade e das Garantias dos Projetos; Negociação e Marketing dos Projetos.

3 – COMPETÊNCIAS

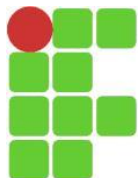
Compreender os princípios gerais da gestão de projetos públicos;
Saber elaborar e analisar projetos públicos;
Conhecer as técnicas e ferramentas da elaboração de projetos e estudos de viabilidade técnica de empreendimentos públicos.

4 – HABILIDADES

Identificar e utilizar modelos e metodologias diferentes de projetos públicos;
Construir projetos nas diferentes áreas do setor público;
Desenvolver habilidades gerenciais para a gestão de projetos públicos.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

1-Conceitos Gerais de Projetos ; 2- Tipologias dos Projetos; 3 – Projetos de Pesquisa Básica e Aplicada; 4- Projetos Públicos e Parcerias Público -Privado; 5-Projetos de Estudo de Viabilidade Técnica de Empreendimentos; 6- Ciclo de Vida dos Projetos; 7 –Gerenciamento de Projetos; 8- Gerenciamento do Escopo de Projetos; 9- Gerenciamento de Equipes de Projetos; 10- Gerenciamento dos Recursos e Custos dos Projetos; 11 – Gerenciamento do Tempo e Atividades dos Projetos; 12- Gerenciamento dos Riscos dos Projetos; 13 - Gerenciamento da qualidade e das Garantias dos Projetos; 14 – Negociação e Marketing dos Projetos.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 227p. TAVARES, Ana Beatriz. Gestão e Implantação de Projetos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. VARGAS, Ricardo. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos . 6 ed. São Paulo: Brasport, 2005.
9.2 – Complementar:
DAYCHOUM, Merhi. Gerência de Projetos . Rio de Janeiro: Brasport, 2005. GUILARDUCI, Demerval. Gerência de Projetos: uma visão prática . São Paulo: Érica, 2002. VALERIANO, Dalton. Gerência em Projetos: pesquisa, desenvolvimento engenharia . São Paulo: Pearson, 2004. WOILER, Sansão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos; planejamento, elaboração, análise . São Paulo: Atlas, 1996. 294p.

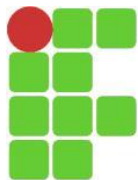
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

Data: ____/____/____

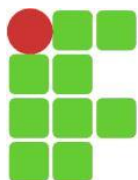


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:	Código unidade:
<i>Legislação do Setor Público</i>	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
	4
Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	60
Total de aulas:	18
Número de professores:	1
CH Teórica:	60
CH Prática:	0
CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>
CH Orientação de Estágio:	0
Professor(es) responsável(eis):	
<i>José Messias Oliveira</i>	
2 – EMENTA	
A Constituição Federal e os princípios constitucionais. Definição e aplicação prática dos princípios da Administração Pública. As esferas de atividade. As competências dos entes federados. A Administração Pública direta e indireta. Dos Atos e Contratos Administrativos. Da Licitação. A Lei nº 8.666/93. Do servidor público. Da ética do servidor público. Da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). O servidor público e a Lei nº 8.429/1999. Do processo administrativo. Da Responsabilidade Civil do Estado.	
3 – COMPETÊNCIAS	
Conhecer as especificidades da administração pública, sob os aspectos da sua operacionalização; Identificar o princípio da Legalidade, através dos diplomas legais que vigoram no setor, norteados a prosperidade dos atos e fatos na Coisa Pública; Utilizar as legislações pertinentes às diversas esferas da administração pública, do servidor às suas atividades.	
4 – HABILIDADES	
Compreender a Constituição Federal como base da legislação brasileira; Perceber os níveis e as esferas públicos e delimitar suas competências; Conhecer as estruturas do ato administrativo; Identificar as prerrogativas, direitos e deveres do servidor público federal, municipal e estadual; Defender os pilares da ética no serviço público.	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. A Constituição Federal e os princípios constitucionais. 2. Definição e aplicação prática dos princípios da Administração Pública. 3. Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal. As esferas de atividade. As competências dos entes federados. 4. A Administração Pública direta e indireta. Conceito e aspectos relevantes da descentralização administrativa. Das Autarquias. Das Empresas Públicas. Das Sociedades de Economia Mista. 5. Dos Atos e Contratos Administrativos. Conceito. Estrutura do Ato Administrativo. Defeitos do Ato Administrativo. Nulidades no Direito Administrativo. Apreciação do ato administrativo pelo Poder Judiciário. 6. Da Licitação. A Lei nº 8.666/93. Princípios gerais e específicos da licitação. Modalidades de Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. Fases da Licitação. Das sanções. Os Recursos Administrativos na Licitação. Do Pregão. 7. Do servidor público. O servidor público na Constituição. Direitos e Deveres dos Servidores Públicos. 8. Da ética do servidor público. Considerações sobre o Decreto nº 1.171/1994. 9. Da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). Aspectos relevantes. O servidor público e a Lei nº 8.429/1999. 10. Do processo administrativo. Lei nº 9.784/1999. Disposições Gerais. Dos direitos e deveres dos Administrados. Do processo administrativo. Da formação e extinção do processo administrativo. Dos recursos administrativos. 11. Da Responsabilidade Civil do Estado. Evolução histórica. Aspectos referentes ao §6º do artigo 37 da Constituição Federal.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

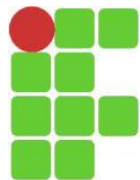
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988).. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 489p.
BRASIL. **Licitações e contratos da Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2006.
MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

9.2 – Complementar:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRUNO, Geraldo Moura. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal**. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2007.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira federal. São Paulo: Atlas, 2006.

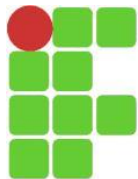
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____

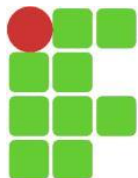




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

4º PERÍODO

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:	Código unidade:
<i>Relações Públicas</i>	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
	4
Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>30</i>
Total de aulas:	<i>18</i>
Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>30</i>
CH Prática:	<i>0</i>
CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>
CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>
Professor(es) responsável(is):	
<i>Gislene Magali da Silva</i>	
2 – EMENTA	
A história das Relações Públicas: surgimento e cronologia de fatos relevantes; Públicos e opinião pública: a alma e o objetivo da empresa; Funções de relações Públicas: Assessoria, Análise, planejamento, execução e avaliação; Classificação dos Públicos: interno, externo e misto; Instrumentos de Relações Públicas: reuniões, palestras, memorandos, jornal mural, balanço social, quadro de avisos; Atividades e Ferramentas de Relações Públicas: eventos, cerimonial e protocolo, <i>clipping</i>, visitas... Normas do protocolo: precedência, lugares, formas de cumprimentos e apresentações, formas de tratamento. Convites; Símbolos Nacionais: Bandeira, Hinos; Atraso de autoridades, ausências, imprevistos, cancelamento e representações; Mestre de cerimônias; Implantação de cerimônias: recepção de convidados, identificação e nominata; Discursos e pronunciamentos; Sessão de abertura e encerramento.	
3 – COMPETÊNCIAS	
Conhecer e assessorar políticas de relações pública s nas organizações; Planejar, organizar e conduzir o cerimonial em diferentes tipos de eventos; Conhecer e identificar a atividade de relações públicas, ações e objetivos; Classificar públicos; Conhecer os processos das organizações.	
4 – HABILIDADES	
Identificar as áreas da comunicação social: publicidade, jornalismo, relações públicas, etc; Trabalhar a imagem institucional; Identificar e propor soluções aos problemas de relações públicas; Organizar e promover eventos; Diferenciar cerimonial e protocolo; Utilizar adequadamente a ordem de precedência; e as normas de conduta e ação perante as autoridades.	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

A história das Relações Públicas: surgimento e cronologia de fatos relevantes; Públicos e opinião pública: a alma e o objetivo da empresa; Funções de relações Públicas: Assessoria, Análise, planejamento, execução e avaliação; Classificação dos Públicos: interno, externo e misto; Instrumentos de Relações Públicas: reuniões, palestras, memorandos, jornal mural, balanço social, quadro de avisos; Atividades e Ferramentas de Relações Públicas: eventos, cerimonial e protocolo, *clipping*, visitas... Normas do protocolo: precedência, lugares, formas de cumprimentos e apresentações, formas de tratamento. Convites; Símbolos Nacionais: Bandeira, Hinos; Atraso de autoridades, ausências, imprevistos, cancelamento e representações; Mestre de cerimônias; Implantação de cerimônias: recepção de convidados, identificação e nominata; Discursos e pronunciamentos; Sessão de abertura e encerramento; O cerimonial para cada tipo de evento: Inaugurações, pedra fundamental, outorga de títulos e medalhas, recepção de comitivas oficiais, convênios, protocolo e acordos, posse e transmissão de cargos.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As aulas serão expositivas com utilização de recursos audiovisuais, textos e lousa. A interação com o grupo ocorre nos momentos das atividades de leitura, seminários e trabalhos, nas pesquisas e no estudo dirigido. As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

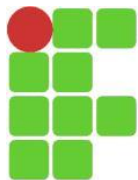
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

KUNSCH, Maria Margarida Krohling. **Relações públicas e Modernidade**. São Paulo: Summus, 1997.
KUNSCH, Maria Margarida Krohling(org.) **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira, 1997.
LESLY, Philip. **Os Fundamentos de relações públicas e da comunicação**. São Paulo: Pioneira, 1995.

9.2 – Complementar:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Protocolo e Cerimonial – Normas, ritos e pompas**. São Paulo: STS Editores e IBRADEP, 2002.
MEIRELLES, Gilda Fleury. **Eventos - Seu negócio, seu sucesso**. São Paulo: STS Editores e IBRADEP, 2003.
NUNES, Maria Martinez. **Cerimonial para executivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

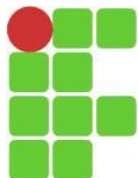
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:		CST Gestão Pública		Modalidade de:		Tecnológico	
Unidade Curricular:				Código unidade:			
Contabilidade Pública							
Ano /Semestre:			Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio	
Total de horas:		60	Total de aulas:		Número de professores:		1
CH Teórica:		50	CH Prática:	10	CH Laboratório:		
Pré-requisitos:				CH Orientação de Estágio:			
Professor(es) responsável(eis):							
Anna Paula Soares Rodriques Araújo							

2 – EMENTA

Conceito, objeto, regime, Campo de aplicação. Legislação básica (Lei nº 4.320/1964 e suas alterações; Decreto nº 93.872/1986 e suas alterações). Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público. NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Plano de contas da administração federal. Tabela de eventos. SIAFI. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

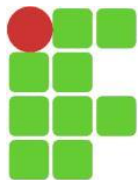
3 – COMPETÊNCIAS

- Compreender o conceito de contabilidade aplicado ao setor público;
- Compreender princípios que regem a contabilidade sob a perspectiva do setor público;
- Entender e interpretar a Lei nº 4.320/64 e suas alterações;
- Dominar os fundamentos das normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- Compreender a estrutura do Plano de contas da administração pública federal;
- Dominar as técnicas de análise das Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

4 – HABILIDADES

- Aplicar princípios de contabilidade pública;
- Identificar as Entidades da Administração Direta e Indireta que fazem parte do campo de aplicação da contabilidade pública;
- Realizar levantamento de informações a partir de dados extraídos das Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público;
- Aplicar conhecimento para o planejamento e organização da gestão pública a partir de informação analisadas nas Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público;
- Identificar informações dentro do SIAFI – Sistema integrado de administração financeira do Governo Federal.

5 – BASES TECNOLÓGICAS



Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

1. Conceito, objeto, regime e Campo de aplicação. 2. Legislação básica (Lei nº 4.320/1964 e suas alterações; Decreto nº 93.872/1986 e suas alterações, Lei nº 101/2000). 3. Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade pela Resolução CFC nº 1111/2007 e alterações). 4. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 5. Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Portaria-Conjunta STN/MF-SOF/MPOG nº 1/2011 – Parte IV). 6. Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos. 7. SIAFI - Sistema integrado de administração financeira do Governo Federal: História, objetivo, vantagens e principais atribuições, estrutura do SIAFI, principais documentos de entrada e saída. 8. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: Balanço patrimonial, Demonstrações das variações patrimoniais, Balanço financeiro, Balanço orçamentário.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

Apresentação de conteúdos de forma oral com explicações e exemplificações correlacionadas à prática de gestão financeira; realização de exercícios; proposta de realização e apresentação de atividades/trabalhos de análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

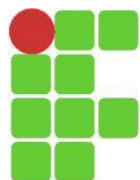
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
BEZERRA FILHO, José Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2012.
CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

9.2 – Complementar:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

JUNIOR GAMA, Fernando Lima. **Fundamentos de Orçamento Público e Direito Financeiro**. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2009.
FIGUEREDO, Carlos Maurício; NOBREGA, Marcos. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.
GIACOMINI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - SUPLEMENTO**. Brasília, 2012.

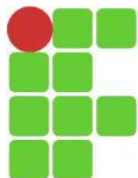
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

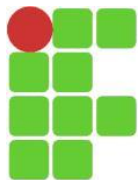


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

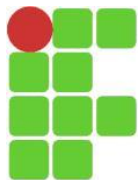
		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS					
1 – IDENTIFICAÇÃO:							
Curso:		CST Gestão Pública		Modalidade de:		Tecnológico	
Unidade Curricular:				Código unidade:			
Gestão Estratégica							
Ano /Semestre:				Nº aulas semanais:		4	
				Área:		Gestão e Negócio	
Total de horas:		60		Total de aulas:		18	
CH Teórica:		40		CH Prática:		20	
Pré-requisitos:		Não há		CH Orientação de Estágio:		0	
Professor(es) responsável(is):							
Paula Karini Dias Ferreira Amorim							
2 – EMENTA							
Pensamento estratégico. Planejamento estratégico, tático e operacional. Etapas e instrumentos do Planejamento. Aprendizagem nas Organizações. Definição de objetivos, missão, visão e valores. Elaboração de planos de ação e de metas para o setor público.							
3 – COMPETÊNCIAS							
• Conhecer os modelos e as funções do Planejamento no processo administrativo e de gestão. • Conhecer as técnicas de liderança, motivação e trabalho em equipe, reconhecendo sua importância e influência nas organizações. • Contribuir para a construção de organizações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. • Elaborar as diretrizes do planejamento estratégico, tático e operacional aplicáveis à gestão das instituições públicas.							
4 – HABILIDADES							
• Organizar informações financeiras para o apoio ao planejamento. • Expressar ideias de forma clara empregando técnicas de comunicação apropriadas a cada situação. • Capacidade de interpretar as informações macroambientais necessárias ao planejamento. • Aplicar os valores e princípios do comportamento organizacional. • Auxiliar na implementação das diferentes estratégias para viabilização dos programas de governo;							
5 – BASES TECNOLÓGICAS							





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

• Conceito e evolução do pensamento estratégico, Tipos de planejamento • Instrumento de planejamento na Gestão Pública • Análise ambiental e formulação de cenários • Escola da gestão estratégica competitiva • Gestão do conhecimento • Diretrizes estratégicas • Ferramentas de análise ambiental • Balanced Scorecard • Alinhamento estratégico
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários e aulas práticas no laboratório de Informática.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares Filmes
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
CHIAVENATO, I. Planejamento estratégico . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CHIAVENATO, I.; SAPHIRO, A. Planejamento estratégico . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. PINTO, Fátima Regina de Toledo et.al. Gestão estratégica de empresas . Rio de Janeiro: FGV, 2012.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

9.2– Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Planejamento governamental para municípios**. São Paulo: Atlas, 2008.
FISCHMANN, Adalberto A. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 2007.
KAPLAN, R.; NORTON, D. **Mapas estratégicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
REZENDE, José Francisco. **Balanced Scorecard e a gestão do capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**. São Paulo: Libertad, 2006.

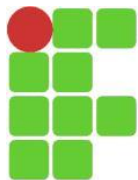
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

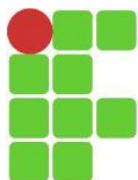
Data: ____/____/____





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
<i>Economia Solidária</i>					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	<i>4</i>	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	<i>30</i>	Total de aulas:	<i>18</i>	Número de professores:	<i>1</i>
CH Teórica:	<i>30</i>	CH Prática:	<i>0</i>	CH Laboratório:	<i>0</i>
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>		CH Orientação de Estágio:	<i>0</i>	
Professor(es) responsável(eis):					
<i>Ana Carolina Nogueira Falcão</i>					
2 – EMENTA					
I. Conceito de Economia Solidária. II. EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDARIA, DE LONGO PRAZO, SOBRE A ORDEM CAPITALISTA. 2. O Legado das Ações coletivas dos trabalhadores III TRABALHO E AUTOGESTÃO. 3.1 Razão Solidária, com base na autogestão e cooperação, somada com razão empreendedora, com base na eficiência e viabilidade resulta em Empreendimentos Econômicos Solidários.					
3 – COMPETÊNCIAS					
Analisar a criação das organizações solidárias e seu diferencial com relação às atividades econômicas predominantes no sistema capitalista neoliberal; Compreender as razões da emergência da economia solidária nos últimos anos, suas lógicas de desenvolvimento e as possibilidades para que essas múltiplas experiências se consolidem e ganhem um sentido decisivo para as lutas de emancipação dos trabalhadores.					
4 – HABILIDADES					
Situar e analisar a participação do setor público na economia solidária; Conhecer o que é Economia Solidária; Discutir os conceitos básicos sobre Economia Solidária.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

I) Conceito de Economia Solidária. 1. Principais Motivos de criação da Economia Solidária; 1.1) Alternativas de Emprego, Complementar a renda, Ganhos em atividades associativas, acesso a financiamento, realizar atividades de autogestão. 1.2) Atividades Realizadas Coletivamente 1.2.1) Produção, Comercialização, Uso de equipamentos, partilha de infraestrutura, aquisição de matéria-prima, insumos, obtenção de clientes e etc. 1.3) Condições para a cooperação econômica entre os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) 1.3.1) Convergência entre a oferta e a demanda; viabilidade Econômica do ato cooperativo, alinhamento a estratégia de cada (E. E. S.); Adesão dos EES a um projeto comum; 1.4) Economia Solidária como Parte das seguintes alternativas; 1.4.1 Contenção das desigualdades, mobilização em favor de mudanças sociais, protagonismo dos trabalhadores na economia. II. EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDARIA, DE LONGO PRAZO, SOBRE A ORDEM CAPITALISTA. 2. O Legado das Ações coletivas dos trabalhadores 2.1) POLÍTICAS: Democracia e arbitragem do Estado 2.2) SOCIAIS: O trabalho como fonte de direitos. 2.3) ECONÔMICAS: Preservação da pluralidade econômica. III TRABALHO E AUTOGESTÃO. 3.1 Razão Solidária, com base na autogestão e cooperação, somada com razão empreendedora, com base na eficiência e viabilidade resulta em Empreendimentos Econômicos Solidários.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

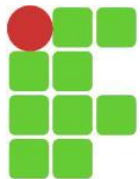
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; RIGO, Ariadne Scalfoni. **Os desafios da Formação em Gestão Social**. Palmas – TO: Provisão, 2008.
CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Autogestão**. Palmas – To: NESol: UFT, 2007.
MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar; processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 198p.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

9.2 – Complementar:

CATTANI, Antônio David. **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
MANCE, Euclides André. **Como organizar redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase 2002.
MEDEIROS, Alzira. MARTINS, Paulo Henrique. **Economia Popular e Solidária: desafios teóricos e práticos**. Recife: Bagaço, 2003.

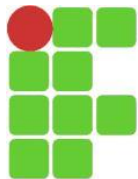
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

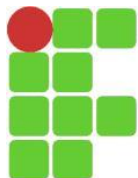
Data: ____/____/____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:	Código unidade:
<i>Políticas Públicas</i>	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
	4
Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	60
Total de aulas:	18
Número de professores:	1
CH Teórica:	60
CH Prática:	0
CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	CH Orientação de Estágio:
	0
Professor(es) responsável(eis):	
<i>Gislene Magali da Silva</i>	
2 – EMENTA	
Ambiente Institucional e Constitucional; Políticas Públicas e Ciência Política: Conceitos, Métodos e Premissas; Opinião Pública e Formação da Agenda de Assuntos Públicos; Processo de Decisão Política na Formulação de Políticas; O Planejamento como Política Pública; Implementação de Políticas; Avaliação de políticas públicas.	
3 – COMPETÊNCIAS	
Conhecer os processos decisórios dentro das políticas públicas; Conhecer as políticas públicas de governo; Conhecer a importância da política pública no desenvolvimento socioeconômico; Conhecer os mecanismos de participação social na formulação de políticas públicas.	
4 – HABILIDADES	
Avaliar as políticas públicas governamentais; Identificar instrumentos de participação social na implementação das políticas públicas	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	
Ambiente Institucional e Constitucional; Políticas Públicas e Ciência Política: Conceitos, Métodos e Premissas; Opinião Pública e Formação da Agenda de Assuntos Públicos; Processo de Decisão Política na Formulação de Políticas; O Planejamento como Política Pública; Implementação de Políticas; Avaliação de políticas públicas.	
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO	
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários e aulas práticas no laboratório de Informática.	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
ARRETCHE, Marta T.S. Estado federativo, políticas sociais: determinantes da descentralização . São Paulo, Fapesp. 2003. BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas . São Paulo: Cortez. 2007. GONÇALVES, Alcindo. Políticas Públicas . São Paulo: Saraiva, 2006. JACOBI, PEDRO (Org.); PINHO, JOSÉ ANTONIO (Org.). Inovação. no campo da gestão pública local; novos desafios, novos patamares . Rio de Janeiro: FGV, 2006. STEIN, Ernesto. Política das Políticas Públicas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
9.2– Complementar:
COSTA, Nilson do Rosário. Políticas públicas, justiça distributiva e in . São Paulo: Hucitec, 1988. DIAS, Reinaldo. Políticas Públicas . São Paulo: Atlas, 2011. MOREIRA, Orlando Rochadel. Políticas públicas e direito à educação . Belo Horizonte: Fórum, 2007. MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. Políticas Públicas No Século XXI . Blumenau: Edifurb, 2006. SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza . Rio de Janeiro, FGV. 2004.

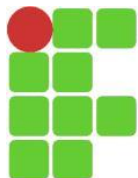
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____

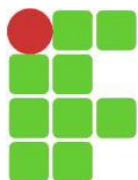


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

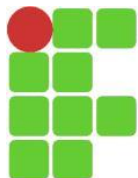
		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>		Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
<i>Legislação Tributária</i>					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	60	Total de aulas:	60	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>		CH Orientação de Estágio:		0
Professor(es) responsável(eis):					
<i>José Messias Oliveira</i>					
2 – EMENTA					
A Constituição Federal e o Sistema Tributário; Fundamentos e fontes do direito tributário; Eficácia da legislação tributária; Interpretação e aplicação da legislação tributária; Tributo; Imposto; Taxa; Contribuição de Melhoria; Contribuição Social; Sistema tributário nacional; Limitações constitucionais no poder de tributar; Obrigações tributárias; Crédito tributário; Ilícito tributário; Processo administrativo e judicial tributário; Impostos federais, estaduais e municipais.					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Identificar, com base na legislação tributária, fontes de receitas municipal, estadual e federal; • Entender da fundamentação teórica para instauração de processos administrativos tributários; • Descrever os direitos e obrigações dos contribuintes no que tange a legislação tributária; • Elaborar processos de compensação tributária.					
4 – HABILIDADES					
• Conhecer as bases e fundamentação teórica da legislação tributária; • Interpretar e aplicar o fato gerador para elaboração dos tributos, impostos, taxas e contribuição de melhoria; • Entender o Sistema Tributário Nacional, conforme CF; • Relacionar as obrigações tributárias dos contribuintes; Analisar e elaborar processo administrativo tributário; • Conhecer as esferas tributárias federal, municipal e estadual.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

A Constituição Federal e o Sistema Tributário; Fundamentos e fontes do direito tributário; Eficácia da legislação tributária; Interpretação e aplicação da legislação tributária; Tributo; Imposto; Taxa; Contribuição de Melhoria; Contribuição Social; Sistema tributário nacional; Limitações constitucionais no poder de tributar; Obrigações tributárias; Crédito tributário; Ilícito tributário; Processo administrativo e judicial tributário; Impostos federais, estaduais e municipais.
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
ANDRADE, Nilton de Aquino. (Org). Planejamento governamental para municípios : plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2006. 300p. BULOS. Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada . São Paulo: Saraiva, 2007. COTRIM, Gilberto Vieira. Direito e legislação : introdução ao direito. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 303p.
9.2 – Complementar:
BRUNO, Geraldo Moura. Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal . 2. ed. São Paulo: Juruá, 2007. TOLEDO JUNIOR, Flavio C. Lei de responsabilidade fiscal . São Paulo: NDJ 2005. RIGOLIN, Ivam Barbosa, BOTTINO, Marco Túlio. Manual prático das licitações (Lei 8666/93). São Paulo: Saraiva, 2007. VICCARI JUNIOR, Adauto (Coord.). Lei de responsabilidade fiscal comentada . São Paulo: Atlas, 2006.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

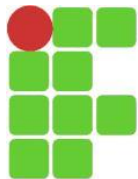
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____



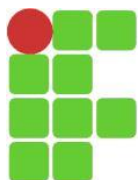
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

5º PERÍODO

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
Gestão de Recursos Materiais e Patrimônio					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:		CH Orientação de Estágio:		0	
Professor(es) responsável(eis):					
Luiz Lopes Toledo					
2 – EMENTA					
Introdução à Administração de Materiais; 2. Logística: conceitos e aplicações; 3. Planejamento e Controle de Sistemas de Produção; 4. Administração de Compras de insumos; 5. Dimensionamento e controle dos estoques; 6. Armazenamento de Materiais; 7. Movimentação de Materiais; 8. Sistemas de Distribuição Física e Transporte de Produtos; 9. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos.					
3 – COMPETÊNCIAS					
- Saber gerenciar adequadamente os diversos recursos materiais nas organizações públicas; - Conhecer e aplicar os princípios da gestão de materiais nas organizações; - Aplicar técnicas e ferramentas de gestão de recursos materiais na resolução de problemas organizacionais.					
4 – HABILIDADES					
- Diagnosticar problemas de recursos materiais; - Aplicar técnicas e ferramentas adequadas ao diagnóstico de problemas de materiais; - Resolução de problemas de recursos materiais e logísticos.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Introdução à Administração de Materiais; 2. Logística: conceitos e aplicações; 3. Planejamento e Controle de Sistemas de Produção; 4. Administração de Compras de insumos; 5. Dimensionamento e controle dos estoques; 6. Armazenamento de Materiais; 7. Movimentação de Materiais; 8. Sistemas de Distribuição Física e Transporte de Produtos; 9. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

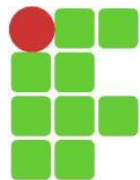
9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

ARNOLD, J.R.Tony. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 2006.
DIAS, Marco A Pereira. **Administração de materiais**: princípios conceitos e gestão. São Paulo: Atlas, 2006.
VIANA, João José.. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2006. 448p.

9.3 – Complementar:

CAIXETA FILHO, José Vicente. **Gestão Logística do Transporte de Cargas**. São Paulo: Atlas, 2009.
DIAS, M.A.P. **Administração de Materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 1996
FENILI, Renato. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
POZO, Hamilton..**Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 210p.
VIANA, J. José. **Administração de Materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas. 2000.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

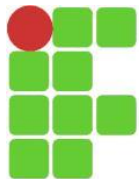
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

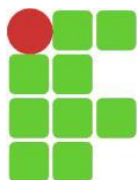


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

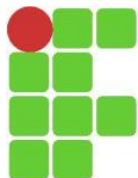
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:	Código unidade:
<i>Gestão de Pessoas</i>	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
	4
Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	60
Total de aulas:	18
Número de professores:	1
CH Teórica:	60
CH Prática:	0
CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	CH Orientação de Estágio:
	0
Professor(es) responsável(eis):	
<i>Ana Carolina Nogueira Falcão</i>	
2 – EMENTA	
Mercado de trabalho; contexto da gestão de pessoas; mudanças e transformações na função de RH; recrutamento interno e externo; o processo de seleção; técnicas de seleção; modelos e avaliação de cargos; remuneração e administração de salários; direito de trabalho, T&D; programas de qualidade de vida (QVT), saúde e higiene no trabalho e papel do gestor de pessoas.	
3 – COMPETÊNCIAS	
- Caracterizar política de gestão de pessoas, seus objetivos e abrangência; - Reconhecer a importância dos processos de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas no contexto da gestão de pessoas e avaliar a qualidade de serviços e assessoria oferecidos pela gestão de pessoas.	
4 – HABILIDADES	
- Reconhecer o contexto no qual funciona a gestão de pessoas; - Aplicar técnicas de recrutamento e seleção compreender o desenho de cargos e avaliação de desempenho nas organizações; - Utilizar a remuneração; - Conhecer as formas de T&D, interpretar os direitos dos trabalhadores e reconhecer os programas de gestão de qualidade e definir as características da gestão de pessoas nas organizações.	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	
Mercado de trabalho; contexto da gestão de pessoas; mudanças e transformações na função de RH; recrutamento interno e externo; o processo de seleção; técnicas de seleção; modelos e avaliação de cargos; remuneração e administração de salários; direito de trabalho, T&D; programas de qualidade de vida (QVT), saúde e higiene no trabalho e papel do gestor de pessoas.	
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas . Rio de Janeiro: Campus. 2005. CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Administração de recursos humanos , v.1. São Paulo: Thomson, 2004. 339p. v1 GIL, Antonio Carlos. Gestão de Pessoas- Enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2001.
9.4 – Complementar:
BERGUE, Sandro T. Gestão de Pessoas em organizações públicas . Caxias do Sul: EDUCS, 2010. COPERS & LYBRAND. Remuneração Estratégica . São Paulo: Atlas, 2000. COPERS & LYBRAND. Remuneração por Habilidades e Competências . São Paulo: Atlas, 2000. MARRAS, J.P. Administração de RH do operacional ao estratégico . São Paulo: Futura. 2002. PONTES, B.R. Administração de Cargos e Salários . Rio de Janeiro: LTR.2002.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

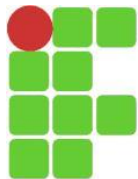
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

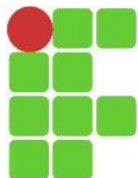


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

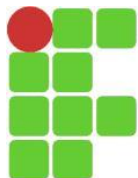
		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
Avaliação na Gestão Pública					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	
Professor(es) responsável(eis):					
Guilherme Bizarro Salve					
2 – EMENTA					
1. Administrar com base em resultados 2. Problematisando a avaliação de desempenho na gestão pública 3. Metodologia para o desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho					
3 – COMPETÊNCIAS					
Compreender como a avaliação contribui para a excelência na organização.					
4 – HABILIDADES					
• Aplicar a avaliação de desempenho em busca da excelência da organização pública. • Criar sistemas de avaliação de desempenho nos diversos níveis e setores.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Fundamentos da avaliação. O ciclo de Planejamento-Controle-Avaliação de desempenho. Gestão baseada em resultados. Sistema de avaliação de desempenho. Indicadores de desempenho. Aplicações da avaliação de desempenho nos níveis e setores. Preparação para seminários.
6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As aulas serão ministradas por meio de diálogos expositivos com a utilização de data show e slides. Os estudantes serão estimulados a fazer pesquisas sobre assuntos relacionados a avaliação na gestão pública.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica: ÁVILA, Célia M. de (COORD.) Gestão de projetos sociais . São Paulo, AAPCS, 2001. Disponível em http://www.casa.org.br/images/PDFARQUIVOS/Gesto_de_Projetos_Sociais.pdf GUIMARÃES, Tadeu Barreto; PORDEUS, Iran Almeida. Estado para Resultados : avanços no monitoramento e avaliação da Gestão Pública em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG: 2010. MACHADO, Nelson e outros. Gestão baseada em Resultado no setor público : uma abordagem didática para implementação em Prefeituras, Câmaras Municipais, Autarquias, Fundações. São Paulo: Atlas, 2012.
9.5 – Complementar:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

BELLONI, I. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. Petrópolis: Vozes, 2007.
COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.
GILLEN, Terry. **Avaliação de desempenho**. São Paulo: Nobel, 2000.
LEME, Rogerio. **Gestão do Desempenho Integrado**: avaliação de competências com Balanced Scorecard. São Paulo: QUALITYMARK, 2008.

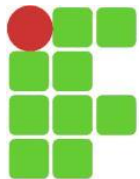
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

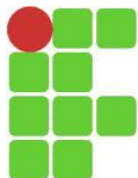


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS**

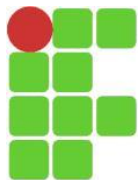
1 – IDENTIFICAÇÃO:							
Curso:	CST Gestão Pública			Modalidade de:	Tecnológico		
Unidade Curricular:				Código unidade:			
Redação Oficial							
Ano /Semestre:	2013/1	Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio		
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:		1	
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:		0	
Pré-requisitos:	Não há			CH Orientação de Estágio:		0	
Professor(es) responsável(eis):							
Daniel Marra							
2 – EMENTA							
Procedimentos de leitura; os níveis e as várias possibilidades de leitura; Considerações sobre a noção de texto; a articulação textual; Recursos gramaticais e a disposição das palavras no texto; Qualidades e características fundamentais da redação: clareza, coesão, concisão, formalidade, uniformidade e impessoalidade; O ato de escrever: estilo, harmonia, polidez; Pronomes de tratamento, fechos para comunicações e signatários; Normas gerais de correspondências; Documentos externos e internos; O relatório; Pareceres, releases.							
3 – COMPETÊNCIAS							
• Conhecer os princípios básicos da língua portuguesa aplicáveis à redação técnica; • Produzir textos segundo os diferentes tipos de composição; • Textos e princípios da organização textual; Relações de coesão e coerência textuais.							
4 – HABILIDADES							
• Elaborar documentos para instituições empresariais e aplicações em órgãos públicos e privados; • Redigir documentos atendendo os aspectos linguísticos de qualidade de estilo; • Aplicar a forma textual adequada à estrutura linguística exigida pelas finalidades do documento.							
5 – BASES TECNOLÓGICAS							
Procedimentos de leitura; os níveis e as várias possibilidades de leitura; Considerações sobre a noção de texto; a articulação textual; Recursos gramaticais e a disposição das palavras no texto; Qualidades e características fundamentais da redação: clareza, coesão, concisão, formalidade, uniformidade e impessoalidade; O ato de escrever: estilo, harmonia, polidez; Pronomes de tratamento, fechos para comunicações e signatários; Normas gerais de correspondências; Documentos externos e internos; O relatório; Pareceres, releases.							





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários e aulas práticas no laboratório de Informática.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
GARCIA, M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar .22. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. GRION, Laurinda.. Manual de redação para executivos . São Paulo: Madras, 2002. 180p. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 23. ed. Porto Alegre: Sagra, 2002.
9.2 – Complementar:
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 2003. ERNANI e NICOLA,. Práticas de linguagem: leitura e produção de textos. São Paulo: Scipione, 2003. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica . São Paulo: Atlas, 1999. MEDEIROS, João Bosco. Correspondência Técnica de Comunicação Criativa. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003. VAL, M. da G. C. Redação e Textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2001.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

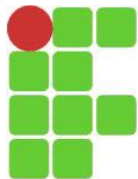
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

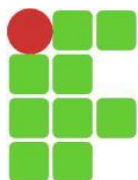
Data: ____/____/____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:		CST Gestão Pública		Modalidade de:	
				Tecnológico	
Unidade Curricular:		Código unidade:			
Processo Decisório na Administração Pública					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:		Área:	
		4		Gestão e Negócio	
Total de horas:		Total de aulas:		Número de professores:	
60		18		1	
CH Teórica:		CH Prática:		CH Laboratório:	
60		0		0	
Pré-requisitos:		CH Orientação de Estágio:		0	
Não há					
Professor(es) responsável(eis):					
Guilherme Bizarro Salve					
2 – EMENTA					
A vida como sucessão de crises e a necessidade de decidir frente a elas; As crises como problemas existenciais, relacionais e funcionais; A superação das crises pela resolução dos problemas; A necessidade de se conhecer os mecanismos para a solução dos problemas; A gestão do conhecimento e o processo decisório; Etapas identificáveis no processo decisório a partir do conhecimento da gestão do conhecimento; A construção de estratégias. A enunciação e delimitação do problema; Do problema para a solução: modelos teóricos de abordagem dos problemas com vistas à solução; Da solução ideal para a real: a estratégia como condicionante; Elementos a serem considerados na busca de solução.					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Analisar os diferentes elementos que compõem um processo decisório; Identificar a natureza das ações administrativas; • Compreender os processos cognitivos e sociais que influenciam na tomada de decisão; • Tipificar as organizações contemporâneas; • Apropriar-se do conceito de visão como uma dimensão da liderança.					
4 – HABILIDADES					
• Auxiliar na tomada de decisão; • Empreender análise de fatores - cognitivos, sociais e emocionais - que influenciam direta ou indiretamente nas ações decisórias das organizações contemporâneas; • Elaborar elementos estratégicos como missão, visão e valores. Implementar conceitos de liderança.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

A vida como sucessão de crises e a necessidade de decidir frente a elas; As crises como problemas existenciais, relacionais e funcionais; A superação das crises pela resolução dos problemas; A necessidade de se conhecer os mecanismos para a solução dos problemas; A gestão do conhecimento e o processo decisório; Etapas identificáveis no processo decisório a partir do conhecimento da gestão do conhecimento; A construção de estratégias. A enunciação e delimitação do problema; Do problema para a solução: modelos teóricos de abordagem dos problemas com vistas à solução; Da solução ideal para a real: a estratégia como condicionante; Elementos a serem considerados na busca de solução.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários e aulas práticas no laboratório de Informática.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

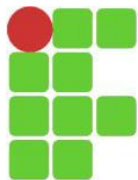
9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

CHIAVENATO, Idalberto.. **Administração geral e pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 609p.
GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro **Teoria da Decisão** - Col. Debates em Administração. Thonsom, 2010.
KEENEY, Ralph; HAMMOND, John S.; Raiffa, Howard. **Decisões Inteligentes**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
MOORE & WEATHERFORD. **Tomada de Decisão em Administração com Planilhas**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

9.2 – Complementar:

ARAYA, Marcela Cecilia González; CARIGNANO, Claudia; GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro. **Tomada de Decisões em Cenários Complexos**. Thonsom, 2010.
CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Pesquisa Operacional para Decisão em Contabilidade e Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.
HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. **Introdução à Pesquisa Operacional**. 8. ed. São Paulo: Bookman. 2009.
RAGSDALE, Cliff T. **Modelagem e Análise de Decisão**. São Paulo: CENGAGE, 2008.
SHIMIZU, Tamio. **Decisão nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

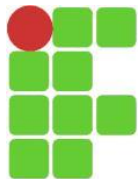
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:		Tecnológico	
Unidade Curricular: Projeto de TCC			Código unidade:			
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio	
Total de horas:	60	Total de aulas:		Número de professores:		1
CH Teórica:	30	CH Prática:	20	CH Laboratório:	10	
Pré-requisitos:			CH Orientação de Estágio:		0	
Professor(es) responsável(eis): Luana de Sousa Oliveira						

2 – EMENTA

Estrutura do Trabalho de Conclusão: Elementos pré textuais, textuais e pós textuais. Definição e delimitação do tema. Questão problema. Definição de objetivos geral e específico. Justificativa. Caracterização e procedimentos metodológicos. Fundamentação teórica. Coleta, tabulação e análise dos dados. Normas da ABNT para apresentação do trabalho de conclusão de curso.

3 – COMPETÊNCIAS

- Compreender a importância da pesquisa científica.
- Dominar o processo de definição, produção e apresentação de uma pesquisa científica.

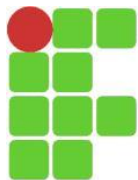
4 – HABILIDADES

- Elaborar um projeto de trabalho de conclusão de curso.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

Produção e Apresentação do Projeto de Qualificação do Trabalho de Conclusão de curso.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

- Aula expositivas;
- Estudos dirigidos;
- Produção textual;
- Seminários;
- Aulas práticas no laboratório.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro branco;
- Data-show;
- Computadores;

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Durante o desenvolvimento da disciplina de Projeto de TCC, o acadêmico submeterá o seu projeto ao exame de qualificação, que estará sujeito à aprovação, revisão ou mesmo recusa. O exame de qualificação será apresentado a uma banca examinadora e representará a nota total e/ou parcial da disciplina, que poderá contar também com uma avaliação do professor da disciplina.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

Não haverá recuperação nesta disciplina.

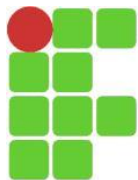
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Não se aplica.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

VERGARA, Sylvia Constant . Métodos de Pesquisa em Administração, 4.ed. São Paulo : Atlas, 2010.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação: NBR 14724. Rio de Janeiro, 2011.
MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4.ed. São Paulo: Atlas,1999.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

9.2 – Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico; elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 174p.
APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica; um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300p.
VERGARA, Sylvia Constant . Métodos de coleta de dados no campo. São Paulo: Atlas, 2009.

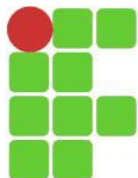
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____

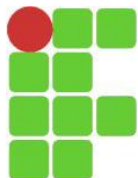




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

6º PERÍODO

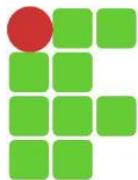
		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS			
1 – IDENTIFICAÇÃO:					
Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:			Código unidade:		
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional					
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	1
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	1	
Professor(es) responsável(eis):					
Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior					
2 – EMENTA					
Evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorialização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo; modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento; e perspectivas do processo de Desenvolvimento. Pluralidade cultural.					
3 – COMPETÊNCIAS					
• Conhecer a evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; • Compreender os conceitos de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorialização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; • Compreender as dimensões e perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo Globalização e desenvolvimento Regional.					
4 – HABILIDADES					
Discutir, refletir, realizar pesquisas e expor opinião, enfatizando a realidade do Tocantins, sobre atualidades do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Mundo; sobre os principais modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento e sobre os desafios e perspectivas do processo de Desenvolvimento.					
5 – BASES TECNOLÓGICAS					
Evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; de Território: territorialização, desterritorialização, re-territorialização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo; modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento; e perspectivas do processo de Desenvolvimento considerando a pluralidade cultural.					





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. RIGOLIN, Tércio Barbosa. Fronteiras da Globalização : geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2005. LENCIONI, Sandra. Região e geografia . São Paulo: EDUSP, 2003. SANTOS, Milton. Território e sociedade ; entrevista com Milton Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2004.
9.2 – Complementar:
BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. IANNI, Octavio. A sociedade global . 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. STÉDILE, João Pedro, (coord.). A questão agrária hoje . 3. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002. VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização . 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

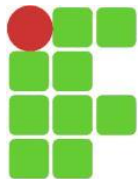
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Projetos Sociais		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Ana Jaimile da Cunha

2 – EMENTA

Defeitos tradicionais das políticas sociais. Novas orientações para a política social: respeito e inclusão relativos a pessoas com deficiência específica e processo de envelhecimento e respeito ao idoso. A linguagem dos projetos. Atores sociais envolvidos na política social e na avaliação de projetos. Agências de fomento. A nova visão do empreendedorismo. Empreendedorismo social: conceito, natureza e desafios; Modelos de projetos de empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável. Marketing para causas sociais. Estrutura básica de um projeto.

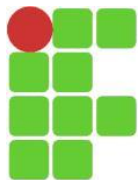
3 – COMPETÊNCIAS

- Conhecer os formatos organizacionais para o desenvolvimento de projetos sociais;
- Identificar demandas e desenvolver estratégias para a elaboração de projetos sociais;
- Analisar criticamente as questões sociais a fim de aplicar metodologias para a sua melhora na forma de projetos sociais.

4 – HABILIDADES

- Identificar atores sociais no contexto dos projetos sociais;
- Identificar e caracterizar etapas da elaboração de um projeto social;
- Elaborar projetos nas mais diversas áreas sociais.

5 – BASES TECNOLÓGICAS



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

- Políticas sociais;
- Linguagem dos projetos;
- Atores sociais;
- Empreendedorismo social;
- Projetos de empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável;
- Marketing social;
- Estrutura de projetos.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

- As aulas serão expositivas com utilização de recursos audiovisuais, textos e lousa. A interação com o grupo ocorre nos momentos das atividades de leitura, seminários e trabalhos, nas pesquisas, bem como através de estudo dirigido.
- As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

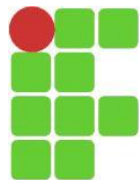
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

COHEN, Ernesto. **Avaliação de projetos sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
MELO NETO, Francisco de Paulo de. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
PRINGLE, H.; THOMPSON, M. **Marketing social**. São Paulo: Makron Books, 2000.

9.2 – Complementar:

ANDREASEN, Alan R. **Ética e marketing social**. São Paulo: Futura, 2002.
LESSA, Carlos. **Auto-estima e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
LIANZA, Sidney. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

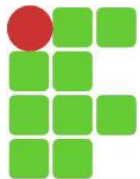
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	Ética na Gestão Pública		Código unidade:		
Ano /Semestre:		Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	60	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	0	CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	Não há		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Romeu Feix

2 – EMENTA

1. Introdução geral ao estudo da ética; 2. Ética e deontologia; 3. A ética no mundo greco-romano; 4. Modernidade, autonomia e ética; 5. Concepções éticas contemporâneas; 6. Princípios éticos da gestão pública; 7. Ética de princípios e ética da responsabilidade; 8. Instrumentos legais da ética no serviço público; 9. Ética e responsabilidade social na gestão pública.

3 – COMPETÊNCIAS

- Reconhecer e aplicar de forma eficaz os princípios da ética geral e do serviço público no âmbito da gestão pública.

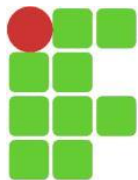
4 – HABILIDADES

- Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos necessários para a avaliação e tomada de decisões na condução do bem público;
- Identificar e interpretar a legislação sobre o decoro do servidor público;
- Produzir a partir do interesse público sentidos par a o exercício da gestão pública; Analisar as principais formulações éticas ao longo da história.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

1. Introdução geral ao estudo da ética; 2. Ética e deontologia; 3. A ética no mundo greco-romano; 4. Modernidade, autonomia e ética; 5. Concepções éticas contemporâneas; 6. Princípios éticos da gestão pública; 7. Ética de princípios e ética da responsabilidade; 8. Instrumentos legais da ética no serviço público; 9. Ética e responsabilidade social na gestão pública.

6 – METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

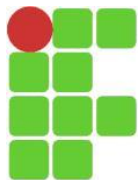


Av. Joaquim Teotônio Segurado
 Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
 77.020-450 Palmas - TO
 (63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas e seminários.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Softwares
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
MOTTA, Nair de Souza. Ética e Vida Profissional . Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2004 SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. VALLS, Álvaro L. M... Que é ética (O). 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 82p. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia . 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: Direito, Moral e religião no mundo moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. ucar_dh_cidadania.ppt>- acesso em 21 jul. 2008. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . 24. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.
9.2– Complementar:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

ASSMANN, H & SUNG J.M. **Competência e solidariedade solidária**: educar para a esperança. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).
MALDANER, Jair José; RYTHOWEM, Marcelo. **Filosofia, ética e cidadania**. In: Caderno de Estudos e atividade dos curso administração do sistema EAD/Unitins Interativo. Palmas, TO: Unitins. 2005.
MALDANER, Jair José; et al. **Ética Profissional**. In: **Caderno de Estudos e Atividade dos Curso Serviço Social do Sistema EAD/Unitins Interativo**. Palmas, TO: Unitins. 2006.
MALDANER, Jair José; RYTHOWEM, Marcelo. **Direitos Humanos e Políticas Sociais**. In: Caderno de Estudos e Atividade dos Curso Serviço Social do Sistema EAD/Unitins Interativo. Palmas, TO: Unitins. 2008.
TOSI, G. **Por que educar para os direitos humanos e para a cidadania**. disponível em <www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_pq_ed>

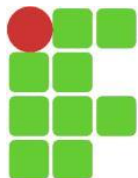
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/____/____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/____/____

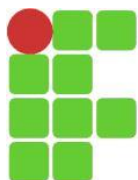


Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
1 – IDENTIFICAÇÃO:	
Curso:	<i>CST Gestão Pública</i>
Modalidade de:	<i>Tecnológico</i>
Unidade Curricular:	Código unidade:
<i>Libras</i>	
Ano /Semestre:	Nº aulas semanais:
	4
Área:	<i>Gestão e Negócio</i>
Total de horas:	60
Total de aulas:	18
Número de professores:	1
CH Teórica:	40
CH Prática:	20
CH Laboratório:	0
Pré-requisitos:	<i>Não há</i>
CH Orientação de Estágio:	0
Professor(es) responsável(eis):	
2 – EMENTA	
Conceito de Língua Brasileira de sinais - LIBRAS, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Princípios gerais que determinam o funcionamento da LIBRAS. Conhecimentos BÁSICOS dos processos comunicativos nesta língua. Noções básicas da organização fonológica, morfológica e sintática da LIBRAS. Noções básicas dos recursos associados ao uso da LIBRAS como o Alfabeto Manual. Desenvolvimento de estratégias básicas de conversação e produção de textos sinalizados.	
3 – COMPETÊNCIAS	
• Conhecer a legislação específica relacionada a LIBRAS. ☐ • Refletir sobre a importância e o valor linguístico e cultural da LIBRAS. ☐ • Refletir criticamente sobre a pessoa surda como sujeito da enunciação. ☐ • Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas.	
4 – HABILIDADES	
• Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status linguístico equivalente ao das línguas orais ☐ gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na ☐ sociedade • Entender os contextos escolares e não escolares da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. • Contribuir para a inclusão educacional dos alunos surdos. ☐ • Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais/motoras e visuais.	
5 – BASES TECNOLÓGICAS	





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Conceito de Língua Brasileira de sinais - LIBRAS, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos Linguísticos da LIBRAS. Princípios gerais que determinam o funcionamento da LIBRAS. Conhecimentos BÁSICOS dos processos comunicativos nesta língua. Noções básicas da organização fonológica, morfológica e sintática da LIBRAS. Noções básicas dos recursos associados ao uso da LIBRAS como o Alfabeto Manual. Desenvolvimento de estratégias básicas de conversação e produção de textos sinalizados.

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO

As competências e habilidades serão integralizadas através de trabalhos em grupo, debates, aulas expositivas, seminários etc.

7 – RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco
Data-show
Softwares

8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações serão de ordem diagnóstica e continuada dando ênfase ao processo e, assim, privilegiando: a) no acadêmico, a observação de seu desenvolvimento tendo os objetivos a serem alcançados como referência; bem como b) nas estratégias e recursos didáticos, a observação de suas adequações em relação a objetivos e efetiva aprendizagem. Para tanto, contamos com a produção de relatos que permitam a construção de uma reflexão a respeito dos temas desenvolvidos no curso por parte do discente de modo que ele empregue a variedade de linguagens desenvolvida no curso: discussões e debates (dando visualização de conjunto), trabalhos em grupos (visibilizando o desenvolvimento das relações) e atividades individuais (análise de relatórios financeiro, os quais permitem o acompanhamento do desenvolvimento de cada um). O conjunto das avaliações será sistematizado obedecendo à divisão igualitária entre trabalhos e prova, compondo, ao final, duas avaliações.

8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela ocorrerá por meio da observação diária do desempenho acadêmico do(s) estudante(s), sendo sugeridos leituras e estudos dirigidos complementares, a fim de subsidiar o aprender a aprender. Destaca-se que tais atividades serão orientadas e avaliadas pelo professor responsável pela unidade curricular que, percebendo dificuldades significativas de aprendizagem, encaminhará o(s) estudante(s) à Coordenação Técnico-Pedagógica (COTEPE).

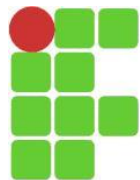
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO

Para acadêmicos que tiverem nota final (NF) menor que 6,0 será oferecido instrumento final de avaliação.

9 – BIBLIOGRAFIA:

9.1 – Básica:

BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. **O surdo, este desconhecido**. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997. □ BRASIL. Lei no 10.436, de 24/04/2002. □ BRASIL. Decreto no 5.626, de 22/12/2005.
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. □
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed.). **Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira**, baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: Edusp, 2009. 2v. (2459p.) ISBN 9788531411786 (v.1) 9788531411793 □
FELIPE, Tanya. **LIBRAS em contexto: curso básico** (livro do estudante). 2.ed. ver. MEC/SEESP/FNDE. □ Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo. □
QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: Estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2004. □
SALLES, Heloisa M. M. L. (et al). **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Vol. 1 e 2, Brasília: MEC, SEESP, 2004.



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS**

9.3 – Complementar:

KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA, Sueli Ramalho. **Libras:** língua brasileira de  BOTELHO, Paula. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos.** Belo Horizonte: Autêntica.1998.
HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik, tradução de  Adelaide La G. Resende. (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação
da  UNESCO no Brasil, 2003.

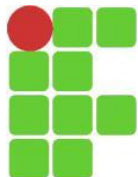
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Curso:	CST Gestão Pública		Modalidade de:	Tecnológico	
Unidade Curricular:	TCC – Trabalho de Conclusão de Curso		Código unidade:		
Ano /Semestre:	2013/1	Nº aulas semanais:	4	Área:	Gestão e Negócio
Total de horas:	120	Total de aulas:	18	Número de professores:	1
CH Teórica:	60	CH Prática:	60	CH Laboratório:	20
Pré-requisitos:	Atividades complementares		CH Orientação de Estágio:	0	

Professor(es) responsável(eis):

Anna Paula Soares Rodrigues Araujo

2 – EMENTA

Conclusão e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve o levantamento, a análise e a divulgação dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo discente, dentro do que é recomendado pela metodologia científica.

3 – COMPETÊNCIAS

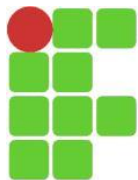
- Compreender a importância da pesquisa científica.
- Dominar o processo de levantamento, análise e apresentação dos resultados de uma pesquisa científica.

4 – HABILIDADES

- Aplicar métodos e técnicas reconhecidos no meio científico para obtenção de resultados por meio da análise adequada de dados.
- Identificar e aplicar as diferentes fases da pesquisa científica fundamentada nas Normas Técnicas Brasileiras.

5 – BASES TECNOLÓGICAS

Conclusão e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve o levantamento, a análise e a divulgação dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo discente, dentro do que é recomendado pela metodologia científica.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

6 - METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE ENSINO
1.Reuniões obrigatórias para orientação. 2.Produção textual.
7 – RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco Data-show Moodle
8 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
A avaliação do aluno será mediante apresentação, á uma Banca Examinadora, do resultado da pesquisa segundo um tema escolhido pelo discente de acordo com as áreas trabalhadas dentro do curso de Gestão Pública. Também será exigido depósito da versão final da pesquisa, no encerramento do semestre, de acordo com o Calendário e Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.
8.1 – RECUPERAÇÃO PARALELA
Não haverá recuperação nesta disciplina.
8.2 – RECUPERAÇÃO FINAL / INSTRUMENTO FINAL DE AVALIAÇÃO
Não se aplica
9 – BIBLIOGRAFIA:
9.1 – Básica:
VERGARA, Sylvia Constant . Métodos de Pesquisa em Administração , 4.ed. São Paulo : Atlas, 2010. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação: NBR 14724 . Rio de Janeiro, 2011. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de Pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4.ed. São Paulo: Atlas,1999.
9.2 – Complementar:
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico; elaboração de trabalhos na graduação . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 174p. APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica; um guia para a produção do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2004. 300p. VERGARA, Sylvia Constant . Métodos de coleta de dados no campo . São Paulo: Atlas, 2009.

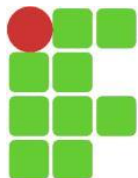
Professor (a) Responsável pela Unidade Curricular

Data: ____/ ____/ ____

Robleik Barbosa

Coordenador (a) do Curso

Data: ____/ ____/ ____



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br